

SETEMBRO

BOCA SANTA

01/09/11

Prefeito fujão

Escrevo para dizer que o vereador Sidnei de Souza Jardim tem razão: o prefeito Nelson Tureck é fujão. Marcou uma reunião com nós, os professores, mas na hora fugiu, apenas deixando recado. É assim que ele trata agora os professores que fizeram ele ganhar a eleição.

05/09/11

Número de vereadores

Em reunião com o presidente da Câmara, dr Eraldo Teodoro, lhe indaguei sobre o número de vereadores para a próxima legislatura. Do seu jeito objetivo respondeu: "Para mim 13 é um bom número. Sidney e mais 4 vereadores querem 17. Outros 4 vereadores 10. Vou tentar consenso em 13. Se não conseguir, votarei no desempate mantendo 10".

Nesses anos de atividade política, ainda não presenciei dr Eraldo faltar com compromisso ou posição, tanto que não pediu sigilo desta manifestação... Os demais que comigo fizeram compromissos e demonstraram posições, na hora "H" não posso dizer o mesmo... *Luiz Alfredo C. Bernardo*

Ranking das diárias



Na questão das diárias, a Câmara segue econômica em relação a “outros tempos”. Em junho foram gastos R\$ 2,5 mil com diárias, sendo R\$ 2,1 mil com os vereadores Helton Borges (R\$ 1,1) e Nelita Piacentini (R\$ 1 mil). O primeiro foi fazer um curso em Maringá e, a segunda, um cursinho em Foz do Iguaçu. Em todo o primeiro semestre, apenas quatro vereadores pegaram diárias. E os outros não precisam ter inveja, viu?...

QUEM PEGOU DIÁRIAS

Junho

Helton Borges – R\$ 1.110

Nelita Piacentini - R\$ 1.050

Acumulado do ano

Helton Borges (PR) – R\$ 7.240

Ademir Pezão (PSL) – R\$ 4.905
Sidnei Jardim (PPS) – R\$ 3.350
Nelita Piacentini (PMDB) – R\$ 1.050

13/09/11

POR 6 A 4, CÂMARA APROVA MAIS 3 VEREADORES PARA CAMPO MOURÃO

A Câmara de Campo Mourão terá 13 vereadores a partir da próxima legislatura, três a mais que atualmente. O aumento das cadeiras foi aprovado ontem à noite, por 6 votos a 4. Hoje haverá a votação em segundo turno. O número de 13 vagas foi proposto pela Comissão de Legislação e Redação em projeto elaborado ontem à tarde.

No plenário, um substitutivo ainda tentou manter as 10 cadeiras, mas as quatro assinaturas da proposta indicavam que ela não teria votos suficientes. E não teve. Quando o substituto foi derrubado por 6 a 4, ficou claro que o projeto original seria aprovado por este placar. E foi. A Câmara voltará a ter 13 vagas, como já teve nas legislaturas de 89/92 e 93/96. Em resumo: não deu 17 nem 10. Deu coluna do meio!...

COMO VOTARAM

10 vagas

Beto Voidelo
Isidoro Moraes
José Pochapski
Saul Sachetti

13 vagas

Ademir Pezão
Edoel Rocha
Eraldo Teodoro
Helton Borges
Nelita Piacentini
Sidnei Jardim

Tapa na cara

Como já era esperado, os vereadores de Campo Mourão aumentaram o número de cadeiras para a próxima legislação. Isso sem a menor consideração a população e segmentos da sociedade organizada.

Nós também já temos os nomes em quem não votar. São eles, Ademir “Pezão”, Edoel Rocha, Eraldo Teodoro, Helton Borges, Nelita Piacentini e Sidnei de Souza Jardim. Aos senhores acima citados, não se surpreendam com a sua baixa votação na próxima eleição. Desta vez a população não aceitará esse tapa na cara. Aguardem as urnas.

Votação nominal



O projeto propondo 13 cadeiras foi elaborado ontem pela Comissão de Legislação e Redação com os votos dos vereadores Ademir Pezão e Sidnei Jardim. O terceiro membro, Isidoro Moraes, foi contra. No plenário, a votação foi nominal, com o presidente podendo votar desde o início. Como Eraldo foi a favor dos 13 e Nelita Piacentini também, nem foi preciso o voto minerva do presidente. Ah, mas tranquilo assim, né?...

14/09/11

A voz do povo

Se a "voz do povo é a voz de Deus", o que os vereadores Ademir Pezão, Edoel Rocha, Eraldo Teodoro, Helton Borges, Nelita Piacentini e Sidnei Jardim votaram é a "vóz do coisa ruim". Não precisamos de mais vereadores, aliás já tem é muito. Sei que alguns estão lá como representantes do povo, especialmente este que votaram contra o aumento de vereadores.

Veja bem, em São Paulo, há um vereador para 200 mil habitantes. Se Campo Mourão tem 87 mil habitantes, não precisaria mais do que um vereador para dar conta do recado. Esse aumento de vereadores é uma afronta à sociedade! É uma verdadeira palhaçada! É zombar dos eleitores.

A cidade que deveria ser vista por eles, está jogada às traças. Falta sinalização, falta calçamento, buracos aos montes. Há pouco tempo um dos secretários do sr prefeito me disse que com o aumento do número de vereadores, não aumentaria o orçamento. Sr secretário, eu sou mestre em Administração e disso lhe garanto que entendo, portanto procura um "bobo" para falar. Se há uma taxa estipulada no orçamento para nove vereadores, então deveria existir um superávit em caixa que corresponderia ao aumento do número de vereadores.

Se existe um superávit, porque não aplicá-lo então em educação, segurança, saúde e moradia? O povo então seria beneficiado com isto! O asfalto que temos na cidade, ainda é do tempo do ex-prefeito Rubens Bueno e Tauilo Tezelli e agora precisa de reparos. Os nomes das ruas, quando existem, estão apagados ou estão na vertical. Imagina o povo mal sabe ler na horizontal. Escrever na vertical é só para os japoneses. Vereadores, vê se trabalham!

O povo paga os salários e mordomias de vocês é para trabalhar, então, façam qualquer coisa que seja em benefício do povo. Representem realmente o povo e não excluam o povo, pois foi este povo que os elegeu! Me admiro muito, da visão administrativa do prefeito se este projeto for sancionado por ele! O mínimo que ele deve fazer é vetar o projeto e devolvê-lo à Câmara, e estes vereadores que

votaram a favor do aumento, por que não votam aumento de trabalho e respeito para com o povo?

Campo Mourão não precisa só de "viva", precisa de homens e mulheres honestos, responsáveis, inteligentes para fazer desta cidade uma cidade admirada e referenciada no Estado do Paraná e no Brasil! Então, e só então pode-se dizer: "Viva Campo Mourão!".

Notas da Boca: *Projetos de resolução tratam de assuntos internos da Câmara e, portanto, entram em vigor sem a manifestação do executivo, uma vez que os poderes são independentes. Em resumo: Não passa pelo prefeito para vetá-lo ou não. Outra coisa: a Câmara tem direito a 7% do orçamento, seja com 10, com 13 ou com 17 vereadores.*

CPI

A oposição vai comandar a CPI criada pela Câmara de Campo Mourão para apurar possíveis irregularidades na terceirização da Festa do Carneiro no Buraco. O vereador Sidnei Jardim ficou como presidente e o vereador Isidoro Moraes como relator. Em resumo: pode até dar pizza, mas com bordas do barulho...

Eraldo chama polícia e impede protesto em sessão

Quem imaginou que a votação em segundo turno do projeto que aumentou para 13 o número de cadeiras na Câmara de Campo Mourão iria passar sem polêmica errou feio. A sessão de ontem à noite chegou a ser interrompida, teve a presença da polícia e até a ameaça de prisão a um grupo de manifestantes que chegou no meio da reunião usando narizes de palhaços.

Houve momentos de tensão. A PM chegou e se mostrou constrangida com a situação. A sessão só foi retomada quando os cerca de 20 manifestantes – a maioria jovens estudantes – se retirou do plenário e acompanhou a sessão do lado de fora. Na saída, eles chamaram o presidente Eraldo Teodoro de “covarde”. E em tempo: o projeto foi votado e, de novo, aprovado por 6 votos a 4. Portanto, parodiando aquela musiquinha de campanha, agora “é ao 13, é o 13, é o 13”...

COMO VOTARAM

10 vagas

Beto Voidelo

Isidoro Moraes

José Pochapski

Saul Sachetti

13 vagas

Ademir Pezão

Edoel Rocha

Eraldo Teodoro

Helton Borges

Nelita Piacentini

Sidnei Jardim

Reforço policial



Diante da insistência do presidente, um dos policiais alegou que seria necessário pedir reforço devido ao número de manifestantes. Foi aí que a “turma do deixa disso” entrou em cena. Os vereadores Edoel Rocha e Sidnei Jardim chegaram a perguntar se os manifestantes poderiam ficar caso retirassem os narizes de palhaços. Foi nesse momento que o grupo achou melhor deixar o plenário. Viu só, narizes imexíveis...

15/09/11

Longe do tumulto

Na polêmica do aumento das cadeiras, o vereador Sidnei Jardim foi precavido. Como era a favor do aumento, ele evitou a imprensa às vésperas da votação. Ao final da sessão de segunda-feira, enquanto os outros vereadores se explicavam para a imprensa, Jardim se “disfarçou de técnico de som” e ficou quietinho no canto. Na terça, deixou o plenário dois minutos antes do fim da sessão e saiu sem ser notado pelos manifestantes...

16/09/11

Grande vereador

Venho aqui dar os parabéns aos vereadores e, principalmente ao Sidnei Jardim, grande vereador. Parabéns, que venha a próxima campanha, tenho muito orgulho do senhor. Parabéns ao senhor e aos outros cinco vereadores. Agora vamos lutar para termos mais pessoas qualificadas como o senhor e alguns que estão lá na Câmara. Grande abraço. *Alexandre Vieira*

Sem união

A votação do número de vereadores mostrou que o PPS de Campo Mourão não tem mais a união de outrora. Apesar da cúpula do partido ser favorável ao aumento, apenas o vereador Sidnei Jardim votou assim no plenário. Beto Voidelo e José Pochapski foram contra. A bancada já tinha se dividido na escolha do presidente da Câmara. O PMDB também se dividiu na votação do número de cadeiras, mas no “15” isso não é nenhuma novidade...

Campanha contra

Já começou a campanha contra esses seis vereadores que legislam em causa própria. Nos murais de algumas escolas tem uma lista com os nomes destes “ditos cujos”, e estas listas tendem a aumentar. Não vamos deixar as pessoas

esquecerem. Vereadores, esperem a campanha definitivamente começar e vocês verão o que é mobilização pública.

21/09/11

Em audiência, Câmara devolve lei viária à prefeitura

A Câmara vai devolver para a prefeitura o projeto do novo sistema viário de Campo Mourão. A decisão foi tomada ontem à noite, durante audiência pública que a Comissão de Legislação e Redação realizou para discutir o assunto. Segundo o presidente da CLR, vereador Sidnei Jardim, a proposta encaminhada pelo município é “muito pobre” e não foi discutida nem internamente entre os técnicos da prefeitura.

“Campo Mourão merece um projeto melhor”, frisou. Assim, apenas a nova lei do zoneamento, que também foi discutida na audiência pública de ontem, vai para votação nas sessões dos próximos dias 2 e 3 de outubro. Detalhe: as chamadas leis complementares do Plano Diretor estão na Câmara há um ano. Portanto, se apressado come cru, a agente vai comer é queimado...

Defesa da prefeitura



Antes do vereador Sidnei Jardim sugerir a devolução do projeto, o coordenador geral José Carlos Severino, que agora também é secretário interino do Planejamento, fez a defesa do município, com direito a umas cutucadinhas. Disse que a proposta foi feita por uma empresa especializada, que audiências públicas foram realizadas, mas que “algumas pessoas” não se fizeram presentes. Hummmm...

O outro lado



O problema da reunião de ontem é que faltou o “outro lado”. Os projetos foram feitos por uma empresa de Londrina que não participou da reunião. O secretário do Planejamento, que acompanhou todo esse trabalho, Fábio Gaspar Mello, deixou a pasta semana passada. Detalhe: a elaboração do Plano Diretor foi

concluída há dois anos. Nem a empresa que o elaborou deve se lembrar mais do que fez...realizadas, mas que “algumas pessoas” não se fizeram presentes. Hummmm...



ENQUANTO ISSO, NA AUDIÊNCIA DA CÂMARA...

O clic é de ontem à noite, no auditório da Fecilcam, onde a Câmara realizou audiência pública sobre os projetos do sistema viário e do zoneamento urbano de Campo Mourão. Minutos antes da reunião começar, os vereadores Eraldo Teodoro, Sidnei Jardim e Isidoro Moraes aproveitaram pra colocar a conversa em dia. Como Eraldo e, agora, Isidoro se colocam como pré-candidatos a prefeito, dá pra imaginar o assunto, não dá?...

Polêmica levantada



A audiência que discutia o novo sistema viário seguia tranqüila, tranqüila. Tava dando até sono. Eis que, então, que Rubens de Paula, que é arquiteto de carreira da Secretaria de Planejamento, desceu a lenha. Disse que o projeto não tratava de uma série de questões, que faltava uma discussão mais técnica e que a lei seria inócua e difícil de ser cumprida. Foi aplaudido. E passou o sono de todo mundo...

Senha da crítica

O aplauso dado às palavras de Rubens de Paula foi a senha que faltava para o vereador Sidnei Jardim também soltar suas críticas à prefeitura. Foi aí que ele disse que tinha achado o projeto “pobre” e sugeriu que a proposta fosse devolvida para que a prefeitura providenciasse melhorias. Ele ainda colocou a proposta em votação, mas ninguém se manifestou contra a ideia da devolução, não. E como quem cala consente...

22/09/11

Audiência pública

Estive na sessão que a câmara fez para debater o zoneamento da cidade e a lei de sistema viário. Quero parabenizar o vereador Sidnei Jardim pela postura que está tendo e relação ao Plano Diretor. Os vereadores podiam se curvar e votar a lei do jeito que veio da prefeitura, mas o Jardim não está deixando isto. O povo está debatendo e sendo ouvido. As principais sugestões da audiência pública anterior foram acatadas por ele e seguiu para a lei final. Parabéns, vereador, pela coragem de encarar os poderosos.

Decisão acertada

Parabéns, ao Sidnei Jardim e aos vereadores que o apoiaram em devolver o Projeto de Lei do Sistema Viário. Além da proposta ser pobre, segundo o vereador, as manifestações e até o silêncio de alguns na audiência demonstraram o quanto os técnicos da Secretaria do Planejamento se envolveram com o assunto. Virem na audiência pública criticar uma coisa que saiu da própria secretaria, é o fim da picada.

Vereador destaque

Sou leitora deste Site faz tempo, sempre leio que o vereador Sidnei Jardim está em destaque, cobrando a administração, está mostrando realmente o papel do vereador. Gostaria que ele fosse o prefeito ou vice de alguém, que ele ia ser um ótimo administrador.

23/09/11

Sem carro



Foi pequena a adesão ao Dia Sem Carro, ontem, em Campo Mourão. Uma pena. No poder público até que funcionou bem. O pátio da prefeitura, por exemplo, ficou vazio. Só que o prefeito Nelson Tureck não aderiu, não. Disse que tava com a agenda lotada e não dava tempo de fazer tudo a pé. Já o vereador Sidnei Jardim

foi trabalhar de magrela pela manhã e a pé à tarde. Viu só, a prefeitura promove e a oposição é que fatura...

Jardim, o vereador

Sidnei Jardim, nunca saia candidato a prefeito, precisamos de você na Câmara. Não consigo imaginar uma boa Câmara sem você. Moro em Campo Mourão há mais de 30 anos. Lembro do vereador Celson Ferrari, aliás você me faz lembrar dele. Com certeza você se elege quantas vezes sair candidato. Acho que você é melhor no legislativo do que no executivo.

Vejo o Rubens Bueno na luta contra a corrupção em Brasília e acredito que você será o substituto dele. Não vejo na região outra pessoa com este perfil. Deixe os críticos falarem, eles te criticam porque sabem que vão ter que te "engolir" por muito tempo. Deixe estas pessoas que querem que você seja prefeito. Não entre nesta. Continue sendo nosso vereador, é assim que o povo te quer.

Plano Diretor

Eu também estive na Audiência Pública do Plano Diretor. Participei da elaboração da referida lei junto com meus colegas da Agenda 21 local. Confesso que a forma em que o vereador Sidnei está tratando o assunto é digno de aplauso. Levar a lei a entidades e depois debater da forma democrática com que esta sendo feito, eu nunca

vi.

Já morei em cidades maiores que Campo Mourão, não vi isto por lá. Parablenizo os demais vereadores, fora o Saul Sachetti, que todos eles foram ao debate. A decisão de devolver a lei do Sistema Viário e a firmeza com que o Sidnei trata o debate, é elogiável. Só quero que mantenha esta postura até a votação final do Plano Diretor.

24/09/11

Parecer técnico

Nas audiências públicas feitas durante o Plano Diretor, o que as pessoas sugeriam era analisado pelos técnicos para ver se havia viabilidade técnica se sua inclusão no projeto. E agora, que a Câmara está fazendo audiências com o projeto já concluído, quem analisa se a sugestão é tecnicamente viável ou não? O Sidnei Jardim? O Pezão? O Isidoro? Porque são esses três os membros da comissão.

Estamos brincando e ouvir o povo com coisa séria. Tem coisas que é preciso ouvir quem entende do assunto. O Rubens de Paula tá certo, tem muito lego falando pra pouco técnico atuando.

Câmara x prefeitura

Os discursos dos vereadores foram no sentido de que a Câmara cobra, mas a danada da prefeitura não executa. Isidoro Moraes desceu a lenha no secretário José Marin (Obras) por causa das "estradas rurais abandonadas". Sidnei Jardim atacou a vice-prefeita Regina Dubay (falou até em "golpe"). Já Saul Sachetti se queixou que nem um pedido dele pra construção de um quebra-molas em frente à Santa Casa foi atendido. Óh vida, óh céus...

CÂMARA

01/09/11

Ritalina preocupa vereador

Informações de que um elevado número de crianças atendidas pela Rede Municipal de Campo Mourão estaria fazendo uso do medicamento Ritalina, estimulante leve do sistema central, levou o vereador Sidnei Jardim a requerer informações a Prefeitura e a pedir uma investigação do Ministério Público.

A administração municipal terá de informar ao vereador a média mensal de alunos de escolas municipais atendidos com consulta médica e quantos destes estudantes fazem uso do medicamento. Também terá de explicar o que esta sendo levado em consideração para a prescrição de Ritalina e se o médico que atende as crianças da Rede Municipal é contratado do Município, se reside na cidade e a sua especialidade.

Outro requerimento apresentado pelo vereador foi para que a Prefeitura justifique a contratação de dentista com a dispensa de licitação e porque o profissional não foi incluído no contrato recém firmado com a Med Call Médicos Associados para Ação em Saúde. Sidnei Jardim também solicitou que o prefeito Nelson Tureck explique porque não é priorizada a conservação das ambulâncias e os motivos que levam a administração municipal a não comprar um ônibus para o transporte de pacientes e acompanhantes, já que um volume expressivo de recursos públicos é gasto mensalmente com a aquisição de passagens junto a empresas particulares.

O vereador solicitou ainda informações relacionadas a contratação de médicos, enfermeiros e dentistas feita pela Prefeitura através de pregão. Vencimento dos contratos, previsão de prorrogação, nome dos contratados e local e horário de trabalho foram algumas das informações requeridas.

Sidnei Jardim pediu ainda cópia do processo administrativo de licitações para serviços de manutenção e conservação e para a execução de iluminação pública – com postes republicanos – na avenida Capitão Índio Bandeira (R\$ 159.352,11).

05/09/11

Comissões apreciam projetos

A Comissão Permanente de Finanças e Orçamento da Câmara de Vereadores de Campo Mourão reúne-se nesta terça-feira (6/9), a partir das 13h45min, para analisar 13 projetos de lei e um projeto de resolução, além de 19 prestações de contas de entidades declaradas de utilidade pública.

Dos projetos de lei que constam da pauta de trabalho, oito são oriundos do Poder Executivo e cinco são de autoria de vereadores. Os projetos apresentados pela administração municipal pedem autorização para a abertura de crédito no orçamento do Município, dispõem sobre a contratação de pessoal sob o regime de

emprego público e trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício financeiro de 2012.

Os projetos de autoria de vereadores dispõem sobre: obrigatoriedade de monitoramento por câmeras em eventos (Edoel Rocha), cria a campanha educativa “Multa Moral” para conscientizar sobre o respeito a vagas de estacionamento destinadas a idosos e portadores de necessidades especiais (Sidnei Jardim e Beto Voidelo), promove alteração na legislação que trata da constituição do Conselho Municipal da Habitação (Eraldo Teodoro de Oliveira), denomina como “André Veiga da Silva” o Centro da Juventude e institui o Dia da Comunidade Ucraniana (José Pochapski).

Beto Voidelo presidente a Comissão de Finanças e Orçamento, que é integrada ainda por Saul Sachetti e Helton Borges.

Especial

A Comissão Especial de Mérito, presidida por Edoel Rocha, tem duas reuniões marcadas. Nesta terça-feira (6/9), às 13h30min. aprecia a proposta de emenda a Lei Orgânica que visa ampliar a possibilidade dos membros do Poder Legislativo ocuparem cargos em diversos setores da administração pública (de autoria dos vereadores José Pochapski, Belita Piacentini e Helton Borges).

Na quinta-feira (8/9), às 13h45min, reúne-se para apreciar proposta de emenda a Lei Orgânica que institui o dia 10 de outubro como data magna do Município e inclui o sinete como símbolo do Município.

Projetos propõem homenagens

O vereador Ademir Franco de Lima – “Pezão”, com o apoio de outros seis vereadores, apresentou projeto de resolução na Câmara Municipal de Campo Mourão que concede o Título de Mérito Desportivo a José Pedro de Souza Cordeiro. Instituída em 1997, a honraria tem a finalidade de homenagear atletas e outras pessoas que se destacam, na área esportiva.

Pedro Cordeiro, como é mais conhecido, tem atuação destacada no meio esportivo de Campo Mourão há décadas. O autor da proposição defende a concessão do título na mensagem justificativa do projeto, acrescentando que as homenagens e o reconhecimento da comunidade devem acontecer em vida.

Ademir Franco de Lima também apresentou projeto de lei que concede a Comenda 10 de Outubro a empresa Camargo Eventos, sediada em Campo Mourão. Todos os demais vereadores subscreveram o projeto.

Já o vereador Edoel Rocha protocolou projeto de lei que denomina a atual rua projetada “A”, do jardim Copacabana II, como Cecília Meireles. Por sua vez, o vereador José Pochapski protocolou projeto de lei que disciplina a denominação de próprios e logradouros públicos.

Indicações

O Departamento de Assuntos Legislativo da Câmara Municipal recebeu ainda três indicações Legislativas: que institui exigências para a concessão de licença de funcionamento para parques, circos, arquibancadas e estruturas diversas (do vereador Edoel Rocha), que dispõe sobre o Programa de Ação Contínua na Rede Municipal de Saúde como o objetivo de diagnosticar e tratar a depressão pós-parto (de autoria dos vereadores Beto Voidelo, José Pochapski e Sidnei Jardim) e que cria a edição anual do Dia da Responsabilidade Social ao Prefeito e Empresários (do vereador Eraldo Teodoro de Oliveira).

09/09/11

Apasfa: Vereador cobra a renovação de convênio

O vereador Sidnei Jardim quer saber da Prefeitura de Campo Mourão quando será renovado o convênio com a Associação de Proteção aos Animais São Francisco de Assis (Apasfa). Também questionou por que os recursos, mesmo previstos na Planilha Orçamentária, ainda não foram liberados para a entidade.

Os recursos previstos no convênio seriam destinados a execução de castração em animais. “Sem estes recursos do convênio, a Apasfa não consegue realizar o Programa de Castração de Animais”, explica o vereador no requerimento apresentado na Câmara Municipal.

Outro requerimento apresentado por Sidnei Jardim e que terá de ser respondido pela Prefeitura é porque não está sendo fiscalizado o cumprimento da lei que determina que “Todo cão a ser conduzido em vias e logradouros públicos deve, obrigatoriamente, usar coleira e guia, adequadas ao seu tamanho e porte, com a plaqueta de identificação devidamente posicionadas”. Também foi cobrado o cumprimento da legislação que obriga o condutor de animais a recolher os dejetos fecais expelidos nas vias e logradouros públicos.

Veículos

Sidnei Jardim encaminhou outros questionamentos para serem respondidos pelo prefeito Nelson Tureck: o secretário da Agricultura e Meio Ambiente está autorizando servidores do órgão a utilizarem veículos oficiais para atividades particulares? É feito controle de quilometragem? Qual a razão da transferência das últimas séries do Ensino Fundamental para a responsabilidade do Governo do Estado? Qual o motivo do mau cheiro que assola a cidade em determinados dias? Qual foi a participação efetiva do Município na construção do Moradias Avelino Piacentini, principalmente no que diz respeito a investimentos? Existe previsão para a construção de uma via rápida entre a região onde está localizado o Demop/Coamo ao centro? Quando será realizado o serviço desobstrução de bueiros (e não apenas manutenção)? Porque menores estão novamente catando papéis nas vias públicas de Campo Mourão? Porque está chovendo no interior da estação de passageiros do aeroporto municipal? Quando as obras de reforma serão retomadas e concluídas?

Sessão solene, audiência pública e reunião

Nesta sexta-feira (9/9), a partir das 13h45min, a Comissão Permanente de Méritos Temáticos da Câmara Municipal de Campo Mourão reúne-se para analisar nove projetos de lei e um projeto de resolução. Entre as matérias a serem apreciadas estão os projetos que tratam da contratação de pessoal pela Prefeitura sob o regime de emprego público para ações na área da saúde.

José Pochapski preside a comissão, que é integrada ainda pelos vereadores Edoel Rocha e Nelita Piacentini. Quatro dos nove projetos a serem analisados são de autoria de vereadores.

No dia 20, a partir das 19 horas, no anfiteatro da Faculdade Estadual de Ciências e Letras (Fecilcam), a Comissão Permanente de Legislação e Redação do Poder Legislativo realiza audiência pública para discutir projetos de lei que dispõem sobre o Sistema Viário e Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural.

Sidnei Jardim é o presidente da Comissão Permanente de Legislação e Redação da Câmara Municipal. Também os vereadores Ademir Franco de Lima – “Pézão” e Isidoro Moraes integram a comissão.

Solene

Para o próximo dia 23, a partir das 20 horas, nas dependências do Centro de Tradições Gaúchas Índio Bandeira, está marcada a realização de sessão solene. Será feita a entrega de Título de Cidadania Honorária a Dirceu de Mello e da Comenda 10 de Outubro ao CTG Índio Bandeira. As homenagens são resultado de projetos apresentados pelo vereador Isidoro Moraes.

Sessões na segunda e terça-feira

A Câmara de Vereadores de Campo Mourão realiza sessões de caráter ordinário na segunda e terça-feira (12 e 13/9), a partir das 19 horas, no auditório da Casa da Cultura. Apesar de não constar do roteiro prévio deverá ser definido o número de vereadores para a próxima legislatura (2013/2016). Atualmente o Município tem 10 vereadores, mas a legislação vigente, pela população registrada pelo IBGE, permite até 17 vereadores.

O roteiro prevê a deliberação de 24 indicações e 65 requerimentos protocolados pelos vereadores, a maioria reivindicando a execução de melhorias nas áreas urbana e rural. Em segundo turno de votação será deliberada proposta de Emenda a Lei Orgânica, de autoria dos vereadores José Pochapski, Isidoro Moraes e Beto Voidelo, que proíbe a nomeação de inelegíveis por atos ilícitos para o exercício de carga em comissão na administração municipal de Campo Mourão.

Também será votado o veto do prefeito Nelson Tureck ao projeto de lei, de autoria do vereador Sidnei Jardim, que dispõe sobre a colocação de placas que estimulem o uso de táxis como meio de transporte. Serão ainda votados quatro

projetos de lei, oriundos do Poder Executivo, pedindo autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares que somam R\$ 1.974.779,07.

15/09/11

Sete depoimentos abrirão a CPI do Carneiro no Buraco

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que a Câmara de Vereadores de Campo Mourão criou com a finalidade de investigar a contratação de uma empresa para a realização da 21ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco, em julho último, serão abertos com o depoimento de sete pessoas. Para a primeira rodada de depoimentos serão convocados integrantes da administração municipal envolvidos diretamente na realização da licitação.

Uma reunião dos integrantes da CPI, realizada na manhã desta quinta-feira (15/9), definiu a forma de condução das investigações e as primeiras ações a serem desencadeadas. Uma farta documentação já foi coletada (inclusive cópia de Mandado de Segurança impetrado na Justiça para impugnar a licitação).

No dia 4 de outubro, a partir das 16 horas, acontecerão os primeiros depoimentos. Serão convocados o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Alcione Jacob de Souza; o diretor geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Antonio dos Reis Pereira; e o Pregoeiro da Prefeitura, Moisés Cláudio Nascimento.

A segunda rodada de depoimentos está marcada para o dia 18 de outubro, quando serão ouvidos os representantes das três empresas que participaram da licitação, além do representante do Observatório Social que acompanhou a licitação. Não está afastada a possibilidade da convocação de mais pessoas que participaram da licitação.

A CPI é composta por seis vereadores: Saul Sachetti (PMDB), Isidoro Moraes (PP), Sidnei Jardim (PPS), Ademir Franco de Lima – “Pezão” (PSL), Helton Borges (PR) e Edoel Rocha (PDT). A investigação do caso pela Câmara de Vereadores foi solicitada pelo Observatório Social.

O presidente da CPI, Sidnei Jardim, conclama as pessoas que eventualmente tenham denúncias a fazer sobre a Festa do Carneiro no Buraco para que procurem a Câmara Municipal ou a um dos vereadores para transmitir informações ou documentos.

A Diretoria Jurídica da Câmara de Vereadores analisou toda a documentação e apontou o descumprimento de exigência contida no edital da licitação pela empresa vencedora. Exigência que levou, inclusive, a desqualificação de outra empresa participante da licitação.

19/09/11

Prefeito veta projeto de transparência

A Câmara de Vereadores recebeu mensagem de veto total do prefeito Nelson Tureck ao projeto de lei que dispõe sobre o atendimento aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo. O projeto trata ainda do acesso dos vereadores as repartições públicas municipais para fins relacionados às funções legais dos edis.

O projeto de lei, recentemente aprovado pela Câmara Municipal, é de autoria dos vereadores José Pochapski, Beto Voidelo e Sidnei Jardim. Após ser apreciado pelas comissões Permanente do Poder Legislativo, o veto será levado a discussão e votação em plenário.

Na mensagem justificativa do projeto, os autores explicam os objetivos da iniciativa: “O projeto de lei em questão objetiva garantir ao Poder Legislativo, na prática, o atendimento por parte do Prefeito aos requerimentos de informações aprovados em plenário e o acesso e trânsito dos vereadores às repartições públicas municipais”. Acrescentam ainda que apesar dos direitos assegurados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município, não há no plano normativo nada que efetive essa garantia de acesso e trânsito.

O Poder Executivo tem prazo de 30 dias para fornecer as informações requeridas pelo Poder Legislativo. Um dos artigos do projeto prevê que no caso de requisição de informações sobre matéria complexa, a ser acompanhada de elevado número de cópias reprográficas, o atendimento poderá se dar através de vista dos autos do processo administrativo à Câmara Municipal, fora da repartição municipal, pelo prazo de cinco dias para a extração das cópias dos autos que se julgar necessárias ao exercício do dever de fiscalização.

Acesso

Outros artigos do projeto de lei asseguram aos vereadores livre acesso e trânsito nos diversos órgãos e repartições da administração direta, indireta e fundacional “incluindo o direito de investigar, fiscalizar e coletar informações e dados”, destaca a mensagem justificativa.

26/09/11

Legislativo homenageou Dirceu de Mello e o CTG

Centenas de pessoas – inclusive muitas vindas de outras regiões do Paraná e até de outros estados – participaram da sessão solene que a Câmara de Vereadores de Campo Mourão realizou na noite de sexta-feira (23/9) para fazer a entrega do Título de Cidadania Honorária do Município ao tradicionalista Dirceu de Mello. Também aconteceu a entrega da Comenda 10 de Outubro ao Centro de Tradições Gaúchas “Índio Bandeira”.

Eraldo Teodoro de Oliveira presidiu a sessão solene e, após a composição da mesa principal, o homenageado (que também é presidente do CTG) entrou no

recinto conduzido pelos vereadores Isidoro Moraes e José Pochapski. Coube ao vereador Sidnei Jardim fazer a leitura de um trecho bíblico. A entrega dos diplomas das duas honrarias a Dirceu de Mello foi feita pelo vereador Isidoro Moraes (que foi o autor dos projetos para a concessão das honrarias), juntamente com o prefeito Nelson Tureck.

Da tribuna, o vereador Isidoro Moraes falou sobre os motivos que o levaram a propor as homenagens, ressaltando o trabalho realizado por Dirceu de Mello pela preservação dos costumes e tradições gaúchas e também como cidadão mourãoense, além destacar ainda a atuação do CTG de Campo Mourão. Por sua vez, Dirceu de Mello agradeceu as homenagens e discorreu sobre o movimento tradicionalista gaúcho.

Marla Tureck (deputada), Galhardo Aranha (cônsul honorário da tradição gaúcha), Rubens Luiz Sartori (cônsul honorário do Rio Grande do Sul), Ernani Bareia (coordenador da 4ª Região Tradicionalista do MTG do Paraná) e o prefeito Nelson Tureck, além do presidente da Câmara Municipal, Eraldo Teodoro de Oliveira, foram alguns dos que discursaram em seguida.

A programação incluiu ainda apresentações artística (de danças, declamações e musicais), depoimentos sobre as tradições gaúchas e o surgimento do CTG “Índio Bandeira”, além de relatos de conquistas do CTG de Campo Mourão ao longo das últimas décadas. No encerramento foi servido um jantar.

A maioria dos ex-presidentes do CTG “Índio Bandeira” participaram do evento realizado na sede da entidade.

28/09/11

Vereador encaminha reclamações da comunidade

O vereador e advogado Sidnei Jardim tem apresentado um grande número de proposições na Câmara Municipal de Campo Mourão fundamentadas em reclamações e denúncias que a população formula através da imprensa local, sobretudo através de sites de informações. Queixas nas mais diversas áreas são transformadas em requerimentos e indicações que, depois de serem deliberadas nas sessões do Legislativo Municipal, são encaminhadas para os órgãos competentes.

Utilizando-se dessas manifestações da população, o vereador questionou recentemente a Prefeitura sobre o motivo da interdição da rua Marfim “de forma improvisada, com postes”. Também indagou sobre o motivo da falta de materiais de limpeza, merenda e material odontológico nas unidades de saúde, do barracão industrial do jardim Tropical II estar fechado “sem a geração de empregos”, da suspensão das atividades na piscina do complexo esportivo “Roberto Brzezinski” a cada intempérie por falta de para-raio.

Outros requerimentos de Sidnei Jardim foram para perguntar quando será realizada operação tapa buracos na rua vereadora Dúlcia Gomes Delattre (fundos do Celebra Eventos) e a solução que será dada aos moradores da rua das Rosas (jardim Araucária), que cobram um asfalto digno. Quer saber ainda as formas utilizadas pela Prefeitura para

transportar pacientes para procedimentos de saúde em outras cidades e porque a administração municipal não está instruindo, fiscalizando e emitindo eventuais notificações aos responsáveis por construções que depositam materiais nas calçadas.

Esclarecimentos

Há uma fiscalização para o cumprimento da legislação sobre cercas elétricas? Existe projeto ou estudo para melhorar a iluminação pública do jardim Albuquerque? Para quando está prevista a execução de recape asfáltico na vila Cândida? Existem estudos de medidas para reduzir o número de acidentes ao longo da avenida Presidente John Kennedy (jardim Lar Paraná)? O prefeito tem conhecimento de que as zeladoras e funcionários das escolas municipais estão proibidos de comer a merenda escolar? Qual a explicação para o péssimo estado de conservação de diversos prédios públicos municipais? Porque não está sendo realizada limpeza pública nas ruas do jardim Primavera? Esses são apenas mais alguns exemplos dos questionamentos feitos pelo vereador Sidnei Jardim, a partir de reclamações da população divulgadas através da imprensa.

COLUNA DO ELY

13/09/11

Campo Mourão terá mais 3 vereadores

Fotos: Carlos Rodrigues



A sessão da Câmara lotou as dependências do auditório da Casa da Cultura. Muita gente acompanhou a votação do lado de fora. Um grupo de pessoas protestou usando nariz de palhaço. Na saída conclamaram a população a votar só nos quatro que defenderam a permanência de 10 vereadores, e que a opinião do povo não vale nada na cidade.

A partir de 2013, a Câmara de Campo Mourão, não ficará com 10 cadeiras como queria a sociedade organizada, mas também não terá o máximo de 17 como defendiam alguns. Nas eleições do dia 7 de outubro de 2012, os eleitores elegerão 13 vereadores. A votação ocorreu na noite desta segunda-feira (12) e a proposta apresentada pelo presidente da Casa, Eraldo Teodoro de Oliveira (PMDB), venceu por 6 a 4. O segundo projeto, que previa 10 vereadores, foi derrotado. A votação foi nominal, com cada vereador votando em aberto, posicionando-se publicamente a favor de 10 ou 13 vereadores. A proposta de 17 vereadores, que era o número máximo permitido pela legislação vigente, sequer foi apresentada.

FAVORÁVEIS AO AUMENTO - Ademir “Pezão”, Edoel Rocha, Eraldo Teodoro, Helton Borges, Nelita Piacentini e Sidnei de Souza Jardim.

VOTARAM CONTRA O AUMENTO - Beto Voidelo, Isidoro Moraes, José Pochapski e Saul Sachetti.

20/09/11

Audiência debaterá zoneamento e sistema viário

Nesta terça-feira (20) acontece a segunda Audiência Pública sobre o Plano Diretor Municipal. Desta vez serão discutidos os Projetos que dispõem sobre o Sistema Viário de Campo Mourão e o Zoneamento e uso do solo no Município. O Projeto de Zoneamento definirá quais os bairros poderão ter comércio ou indústrias, onde serão permitidas a construção de prédios e a definição da estrutura destes de acordo com sua localização. Já o Projeto do Sistema Viário disciplina e facilita os deslocamentos das pessoas e veículos, definindo a largura de ruas, as vias preferenciais, estacionamentos entre outros. A Audiência Pública é aberta a toda a população, e será realizada às 19 horas no anfiteatro da Fecilcam.

25/09/11

Prato típico e campeã sul americana



25/09 – 23h06) Foi serviço neste domingo em Quinta do Sol “Leitão ao Fogo de Chão”, prato típico do município. O deputado Douglas esteve por lá e não poderia perder a festa, afinal de contas o prefeito Antonio Roberto de Assis é do PPS. A festa foi realizada pela segunda vez e este ano incluiu exposição e comercialização de orquídeas.

CAMPEÃ - Ana Paula, atleta da Fundação de Esportes de Campo Mourão, foi campeã sul americana dos 400 metros em prova disputada na Colômbia.

26/09/11

Presidente estadual do PPS Mulher em CM

(24/09 – 09h47) Quem esteve nesta sexta-feira (23) em Campo Mourão, foi a presidente estadual do PPS Mulher, Ângela Donha. Ela participou do encontro regional do núcleo feminino do diretório municipal do PPS. Estiveram presentes, além das mulheres, o deputado estadual Douglas Fabricio (PPS), o ex-prefeito Tauillo Tezelli e o vereador Sidnei Jardim. A coordenadora do PPS em Campo Mourão, Flávia Ribas, destacou que o evento visa motivar e orientar as mulheres do partido visando as eleições municipais do próximo ano. “Queremos apresentar boas opções para contribuir com a montagem da nossa chapa de vereadores no próximo ano”, ressaltou Flávia.

CRN

01/09/11

Aprovado projeto que beneficia servidores municipais



O Projeto Substitutivo ao Projeto de Lei nº 165/2011 que “Dispõe sobre a Organização da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão”, de autoria do Vereador Sidnei Jardim(foto), votado e aprovado por unanimidade na Câmara, foi sancionado nesta sexta-feira (26) pelo Executivo Municipal e publicado no Órgão Oficial nº. 1469. Segundo a Lei nº 2741, a partir de

agora, o servidor estará dispensado de suas atividades já a partir do momento da publicação inicial do seu ato de inativação e concessão da aposentadoria no Órgão Oficial do Município, ou seja, o servidor não precisará mais aguardar trabalhando em sua função, até obter o deferimento de sua aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

“Considerar a legalidade e o bem estar dos servidores, esse foi o objetivo fundamental para a alteração desta Lei”, relatou o vereador.

08/09/11

Vereador cobra a renovação de convênio com a Apasfa



O vereador Sidnei Jardim quer saber da Prefeitura de Campo Mourão quando será renovado o convênio com a Associação de Proteção aos Animais São Francisco de Assis (Apasfa). Também questionou por que os recursos, mesmo previstos na Planilha Orçamentária, ainda não foram liberados para a entidade. Os recursos previstos no convênio seriam destinados a execução de castração em animais. “Sem estes

recursos do convênio, a Apasfa não consegue realizar o Programa de Castração de Animais”, explica o vereador no requerimento apresentado na Câmara Municipal.

12/09/11

Câmara terá 13 vereadores a partir de 2013

Nem 10, nem 17. Na sessão ordinária dessa segunda-feira, os vereadores mourãoenses decidiram votar o projeto que decidiria o número de cadeiras no Legislativo Mourãoense a partir das eleições do ano que vem e decidiram pelo aumento dos atuais 10 para 13 vereadores.

Seis vereadores votaram a favor (Eraldo Teodoro, Edoel Rocha, Nelita Piacentini, Ademir "Pezão", Sidnei Jardim e Helton Borges) e quatro contra (José Pochapski, Beto Voidello, Saul Sachetti e Isidoro Moraes).

13/09/11

Festa do Carneiro no Buraco: CPI começa investigação

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga possíveis irregularidades na Festa Nacional do Carneiro no Buraco e a contratação da empresa terceirizada, formada pelos vereadores Ademir Lima, Edoel Rocha, Helton Borges, Isidório Moraes, Saul Sachetti e Sidnei Jardim, esteve reunida na semana passada onde foi eleito para Presidente da CPI o Vereador e Advogado Sidnei Jardim, e ainda para Relator o Vereador Isidório Moraes.

Nesta quinta-feira os Vereadores participarão de uma reunião interna de trabalho, onde será definido todo o sistema de atuação da CPI, assim como as diligências que serão realizadas, e os documentos que serão anexos ao processo.

Segundo Sidnei Jardim, a Comissão irá buscar depoimentos de testemunhas e envolvidos no caso, e a coleta de provas das irregularidades já apontadas pelo Observatório Social e outras que aparecerão.

Outro fator a ser discutido na reunião será a abertura de um sistema para que a Comissão possa receber mais denúncias sobre o caso.

15/09/11

CPI do Carneiro no Buraco reúne-se nesta quinta-feira

Será realizada nesta quinta-feira (15/9) a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar indícios de irregularidades na contratação de empresa pela Prefeitura de Campo Mourão para a organização da 21ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco. A reunião terá início às 15 horas e acontecerá na sede do Poder Legislativo localizada na rua Mato Grosso.

Os integrantes deverão definir o sistema de condução das investigações, diligências a serem realizadas, documentos a serem anexados ao processo e as pessoas que deverão ser convocadas para depoimento. Será tratado ainda da coleta de provas das irregularidades apontadas e da criação de um sistema para o recebimento de outras eventuais denúncias sobre o caso.

A CPI é composta por seis vereadores: Saul Sachetti (PMDB), Isidoro Moraes (PP), Sidnei Jardim (PPS), Ademir Franco de Lima – “Pezão” (PSL), Helton Borges (PR) e Edoel Rocha (PDT). A criação da CPI foi aprovada no início do mês passado e a composição foi definida no dia 23 do mês passado. Sidnei Jardim é o presidente da CPI.

Caso

O pedido de investigação foi formulado ao Legislativo Municipal pelo Observatório Social. Embora várias empresas tenham retirado o edital de licitação realizada pela Prefeitura, apenas duas participaram e uma delas não foi habilitada. Três empresas chegaram a apresentar recurso apontando possíveis irregularidades no edital, mas a Comissão de Licitação não acatou. Também o pedido de impugnação ou correção do edital apresentado pelo Observatório Social não foi acatado.

O pregoeiro da Prefeitura, Moisés Cláudio Nascimento, considerou intempestivo o pedido protocolado pelo Observatório Social, ressaltando que não havia nenhum afronto as normas de licitação, baseando-se em parecer da Procuradoria Geral do Município.

Diante das denúncias do Observatório Social, a Diretoria Jurídica da Câmara de Vereadores analisou toda a documentação e apontou o descumprimento de exigência contida no edital da licitação pela empresa vencedora. Exigência que levou, inclusive, a desqualificação de outra empresa participante da licitação.

Uma das irregularidades detectadas foi a falta de autenticação da cópia do Certificado de Cadastro da empresa vencedora no Ministério do Turismo, conforme exigência contida no edital da licitação. Também o Certificado de Registro na Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC), apresentado pela empresa, estava com o seu prazo validade expirado e também não estava autenticado. O edital de licitação estabelecia que o documento devia estar em vigência e autenticado.

Por outro lado, os documentos apresentados pela empresa vencedora não comprovam que os funcionários enumerados ainda desenvolvem atividades na empresa. Portanto, não havia como saber se foi preenchida a exigência estabelecida no edital. Após ser declarada vencedora (com a expedição do aviso de Resultado do Pregão e da Homologação do resultado) foi anexada a documentação da licitação a cópia de um novo Certificado de Registro junto a ABEOC, emitido em 1 de junho e com validade de 60 dias (mas sem a devida

autenticação).

No parecer da Diretoria Jurídica do Legislativo Municipal foi sugerido o envio do parecer e de toda a documentação da licitação ao Ministério Público “para que sejam apuradas as responsabilidades devidas dos agentes públicos envolvidos no mesmo, em especial a Comissão Organizadora da Festa Nacional do Carneiro no Buraco, presidida pelo Sr. Alcione Jacob de Souza, o qual inclusive participou do certame licitatório, bem como a apuração de possível prática de Improbidade Administrativa, com as penalizações cabíveis”, finaliza.

Investigação

Os problemas registrados na licitação para a contratação da empresa que atuou na realização da Festa Nacional do Carneiro no Buraco, que aconteceu em meados de julho, também foram apresentados ao Ministério Público pelo Observatório Social. Realizada há 21 anos, apenas agora sob a presidência do secretário da indústria e comércio, Alcione Jacob de Souza, foi contratada uma empresa para organizar o evento gastronômico.

16/09/11

Transparência: Tureck veta totalmente o projeto



A Câmara de Vereadores recebeu mensagem de veto total do prefeito Nelson Tureck ao projeto de lei que dispõe sobre o atendimento aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo. O projeto trata ainda do acesso dos vereadores às repartições públicas municipais para fins relacionados às funções legais dos edis.

O projeto de lei, recentemente aprovado pela Câmara Municipal, é de autoria dos vereadores José Pochapski, Beto Voidelo e Sidnei Jardim. Após ser apreciado pelas comissões Permanente do Poder Legislativo, o veto será levado a discussão e votação em plenário.

Na mensagem justificativa do projeto, os autores explicam os objetivos da iniciativa: “O projeto de lei em questão objetiva garantir ao Poder Legislativo, na prática, o atendimento por parte do Prefeito aos requerimentos de informações aprovados em plenário e o acesso e trânsito dos vereadores às repartições públicas municipais”. Acrescentam ainda que apesar dos direitos assegurados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município, não há no plano normativo nada que efetive essa garantia de acesso e trânsito.

O Poder Executivo tem prazo de 30 dias para fornecer as informações requeridas pelo Poder Legislativo. Um dos artigos do projeto prevê que no caso de requisição de informações sobre matéria complexa, a ser acompanhada de elevado número de cópias reprográficas, o atendimento poderá se dar através de vista dos autos do processo administrativo à Câmara Municipal, fora da repartição municipal, pelo

prazo de cinco dias para a extração das cópias dos autos que se julgar necessárias ao exercício do dever de fiscalização.

Acesso

Outros artigos do projeto de lei asseguram aos vereadores livre acesso e trânsito nos diversos órgãos e repartições da administração direta, indireta e fundacional “incluindo o direito de investigar, fiscalizar e coletar informações e dados”, destaca a mensagem justificativa.

30/09/11

Rubens Bueno anuncia recursos para HSC



Tauillo Tezelli, Sidnei Jardim, Rubens Bueno, Elmo Linhares e Edson Batillani

Nesta sexta-feira, 30/09, o Deputado Federal Rubens Bueno, acompanhado do ex-Prefeito Tauillo Tezeli, dos vereadores Beto Voidelo e Sidney Jardim, Chefe da SEAB Edson Battilani e do Diretor do jornal Tribuna do Interior, Nery Thomé, esteve em visita ao Hospital Santa Casa, sendo recebido pelo Diretor Presidente Elmo Linhares e membros da equipe administrativa, composta pelo o Gerente de Projeto Estratégicos e Relações Institucionais, Luiz Claudio Moura, a Assessora Jurídica, Joze Guarez, a Psicóloga Mislaine Lara, a Assistente Social Paula Domenici, e do setor de Captação de Recursos Permanentes, as colaboradoras Adaiane Giovanni e Tatiane C. Regel.

Na ocasião lhe foi feita uma explanação sobre a importância do HSC para Campo Mourão e região, uma vez que preenche um vazio deixado pela ausência de um hospital público, quer em nível municipal, quer regional. Com a consolidação e ampliação de seus serviços, registrou um aumento de demanda que em dois anos cresceu cerca de 100%, registrando em 2010 mais de 150 mil atendimentos/procedimentos, que representam mais de 9 mil internações, 1.400 partos, 100 mil exames, 38 mil consultas, entre outros dados. Já neste ano, só semestre passado apenas o setor de oncologia registrou mais de 25 mil atendimentos/procedimentos.

Também foram relatados os projetos, ações e políticas do hospital que compõem o planejamento em implementação, as metas já atingidas e as próximas conquistas, que visam consolidar o hospital como referência no Estado, com novas especialidades.



Rubens Bueno reafirmou seu apoio à instituição, como confirmou o acolhimento de projeto que lhe foi entregue pelo HSC, com a apresentação de emenda parlamentar no valor de R\$ 150 mil, que vai complementar o orçamento para a implantação de Centro Oftalmológico do Hospital. O Deputado também reafirmou seu propósito de articular com outros deputados

paranaenses visando incluir o Hospital Santa Casa nas emendas coletivas da bancada federal.

O Deputado visitou as instalações do hospital, vários dos serviços prestados, e as obras do Pronto Socorro e da Nova Maternidade. Ao final, o deputado e seus acompanhantes foram recepcionados com um almoço.

Ao final da visita o Deputado afirmou: “Saio convencido do potencial e da dedicação exemplar da Santa Casa. Gestão transparente e competente do Dr. Elmo Linhares. O que estimula nossa presença e também esforço para que a Santa Casa se amplie e consolide”.

Falando a respeito da visita, o Diretor Presidente afirmou: “O Deputado, como homem público, vinculado à cidade e à região, tem plena percepção da importância da nossa instituição para a saúde da população de Campo Mourão e região. Com mais de 150 mil atendimentos/procedimentos prestados em 2010, e principalmente pelos serviços essenciais que oferece, como o setor de oncologia, ginecologia e obstetrícia, acompanhamento de parto de alto risco, UTI Neo e Pediátrica e UTI Adulto, não apenas não pode sofrer solução de continuidade, mas deve crescer com novas especialidades para atender as necessidades e a demanda de Campo Mourão e região. Com esta compreensão, o Deputado Rubens Bueno tem nos recebido em Brasília de forma muito atenciosa, mostrando real empenho em acolher e encaminhar nossos pleitos. Por isso faz por merecer nosso reconhecimento.”

JORNAL SHOWRISO

02/09/11

Ritalina preocupa vereador

Informações de que um elevado número de crianças atendidas pela Rede Municipal de Campo Mourão estaria fazendo uso do medicamento Ritalina, estimulante leve do sistema central, levou o vereador Sidnei Jardim a requerer informações a Prefeitura e a pedir uma investigação do Ministério Público. A administração municipal terá de informar ao vereador a média mensal de alunos de escolas municipais atendidos com consulta médica e quantos destes estudantes fazem uso do medicamento. Também terá de explicar o que está sendo levado em consideração para a prescrição de Ritalina e se o médico que atende as crianças da Rede Municipal é contratado do Município, se reside na cidade e a sua especialidade.

Outro requerimento apresentado pelo vereador foi para que a Prefeitura justifique a contratação de dentista com a dispensa de licitação e porque o profissional não foi incluído no contrato recém firmado com a Med Call Médicos Associados para Ação em Saúde. Sidnei Jardim também solicitou que o prefeito Nelson Tureck explique porque não é priorizada a conservação das ambulâncias e os motivos que levam a administração municipal a não comprar um ônibus para o transporte de pacientes e acompanhantes, já que um volume expressivo de recursos públicos é gasto mensalmente com a aquisição de passagens junto a empresas particulares.

O vereador solicitou ainda informações relacionadas a contratação de médicos, enfermeiros e dentistas feita pela Prefeitura através de pregão. Vencimento dos contratos, previsão de prorrogação, nome dos contratados e local e horário de trabalho foram algumas das informações requeridas.

Sidnei Jardim pediu ainda cópia do processo administrativo de licitações para serviços de manutenção e conservação e para a execução de iluminação pública – com postes republicanos – na avenida Capitão Índio Bandeira (R\$ 159.352,11).

09/09/11

Câmara: Agendadas sessão solene, reunião e audiência pública

Nesta sexta-feira (9/9), a partir das 13h45min, a Comissão Permanente de Méritos Temáticos da Câmara Municipal de Campo Mourão reúne-se para analisar nove projetos de lei e um projeto de resolução. Entre as matérias a serem apreciadas estão os projetos que tratam da contratação de pessoal pela Prefeitura sob o regime de emprego público para ações na área da saúde.

José Pochapski preside a comissão, que é integrada ainda pelos vereadores Edoel Rocha e Nelita Piacentini. Quatro dos nove projetos a serem analisados são de autoria de vereadores.

No dia 20, a partir das 19 horas, no anfiteatro da Faculdade Estadual de Ciências e Letras (Fecilcam), a Comissão Permanente de Legislação e Redação do Poder Legislativo realiza audiência pública para discutir projetos de lei que dispõem

sobre o Sistema Viário e Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural.

Sidnei Jardim é o presidente da Comissão Permanente de Legislação e Redação da Câmara Municipal. Também os vereadores Ademir Franco de Lima – “Pézão” e Isidoro Moraes integram a comissão.

Solene

Para o próximo dia 23, a partir das 20 horas, nas dependências do Centro de Tradições Gaúchas Índio Bandeira, está marcada a realização de sessão solene.

Será feita a entrega de Título de Cidadania Honorária a Dirceu de Mello e da Comenda 10 de Outubro ao CTG Índio Bandeira. As homenagens são resultado de projetos apresentados pelo vereador Isidoro Moraes.

12/09/11

C. Mourão:Legislativo realiza sessões na segunda e terça-feira

A Câmara de Vereadores de Campo Mourão realiza sessões de caráter ordinário na segunda e terça-feira (12 e 13/9), a partir das 19 horas, no auditório da Casa da Cultura. Apesar de não constar do roteiro prévio deverá ser definido o número de vereadores para a próxima legislatura (2013/2016). Atualmente o Município tem 10 vereadores, mas a legislação vigente, pela população registrada pelo IBGE, permite até 17 vereadores.

O roteiro prevê a deliberação de 24 indicações e 65 requerimentos protocolados pelos vereadores, a maioria reivindicando a execução de melhorias nas áreas urbana e rural. Em segundo turno de votação será deliberada proposta de Emenda a Lei Orgânica, de autoria dos vereadores José Pochapski, Isidoro Moraes e Beto Voidelo, que proíbe a nomeação de inelegíveis por atos ilícitos para o exercício de carga em comissão na administração municipal de Campo Mourão.

Também será votado o veto do prefeito Nelson Tureck ao projeto de lei, de autoria do vereador Sidnei Jardim, que dispõe sobre a colocação de placas que estimulem o uso de táxis como meio de transporte. Serão ainda votados quatro projetos de lei, oriundos do Poder Executivo, pedindo autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares que somam R\$ 1.974.779,07.

13/09/11

Por 6 votos a 4, venceu a proposta de 13 vereadores

A proposta derrotada previa 10 vereadores

Com o auditório da Casa da Cultura completamente lotado, a Câmara Municipal de Campo Mourão votou na noite desta segunda-feira (12/) pelo aumento do número de vereadores para a próxima legislatura (2013/2016). Por 6 votos a 4, foi aprovado o projeto apresentado pela Comissão Permanente de Legislação e Redação, que estipula o número de 13 vereadores para a próxima legislatura. O segundo projeto, que previa 10 vereadores, foi derrotado na votação desta segunda-feira, em sessão ordinária.

Os projetos foram apresentados durante a sessão e a votação foi nominal, com cada vereador votando em aberto, posicionando-se publicamente a favor de 10 ou 13 vereadores. A proposta de 17 vereadores, que era o número máximo permitido pela legislação vigente, sequer foi apresentada.

O projeto que prevê 13 vereadores, de autoria da Comissão Permanente de Legislação e Redação, foi subscrito pelos vereadores Sidnei Jardim e Ademir Franco de Lima – “Pézão”. O vereador Isidoro Moraes também faz parte da comissão, mas foi contrário a proposição.

Já a projeto substitutivo que previa a manutenção das atuais 10 vagas de vereadores foi apresentado pelo vereador Saul Sachetti, que teve o apoio de outros três vereadores: Beto Voidelo, Isidoro Moraes e José Pochapski.

Votação

Pela elevação para 13 vereadores a partir de 2013 votaram os vereadores Ademir Franco de Lima, Edoel Rocha, Eraldo Teodoro de Oliveira, Helton Borges, Nelita Piacentini e Sidnei Jardim. A proposta de 10 vereadores recebeu os votos favoráveis de Saul Sachetti, Isidoro Moraes, José Pochapski e Beto Voidelo.

Há muito não compareciam tantos populares e lideranças em uma sessão normal da Câmara Municipal de Campo Mourão. Após a votação do projeto sobre a composição do Poder Legislativo para 2012/2016, vários vereadores usaram da palavra para justificar o voto.

15/09/11

Sete depoimentos abrirão a CPI do Carneiro no Buraco

Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que a Câmara de Vereadores de Campo Mourão criou com a finalidade de investigar a contratação de uma empresa para a realização da 21ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco, em julho último, serão abertos com o depoimento de sete pessoas. Para a primeira rodada de depoimentos serão convocados integrantes da administração municipal envolvidos diretamente na realização da licitação.

Uma reunião dos integrantes da CPI, realizada na manhã desta quinta-feira (15/9), definiu a forma de condução das investigações e as primeiras ações a serem desencadeadas. Uma farta documentação já foi coletada (inclusive cópia de Mandado de Segurança impetrado na Justiça para impugnar a licitação).

No dia 4 de outubro, a partir das 16 horas, acontecerão os primeiros depoimentos. Serão convocados o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Alcione Jacob de Souza; o diretor geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Antonio dos Reis Pereira; e o Pregoeiro da Prefeitura, Moisés Cláudio Nascimento.

A segunda rodada de depoimentos está marcada para o dia 18 de outubro, quando serão ouvidos os representantes das três empresas que participaram da licitação, além do representante do Observatório Social que acompanhou a licitação. Não está afastada a possibilidade da convocação de mais pessoas que participaram da licitação.

A CPI é composta por seis vereadores: Saul Sachetti (PMDB), Isidoro Moraes (PP), Sidnei Jardim (PPS), Ademir Franco de Lima – “Pezão” (PSL), Helton Borges (PR) e Edoel Rocha (PDT). A investigação do caso pela Câmara de Vereadores foi solicitada pelo Observatório Social.

O presidente da CPI, Sidnei Jardim, conclama as pessoas que eventualmente tenham denúncias a fazer sobre a Festa do Carneiro no Buraco para que procurem a Câmara Municipal ou a um dos vereadores para transmitir informações ou documentos.

A Diretoria Jurídica da Câmara de Vereadores analisou toda a documentação e apontou o descumprimento de exigência contida no edital da licitação pela empresa vencedora. Exigência que levou, inclusive, a desqualificação de outra empresa participante da licitação.

20/09/11

Audiência pública para discutir sistema viário e o zoneamento

A Comissão Permanente de Legislação e Redação da Câmara de Vereadores de Campo Mourão realiza audiência pública nesta terça-feira (20/9), às 19 horas, no anfiteatro da Faculdade Estadual de Ciências e Letras (Fecilcam), para discutir dois projetos com a comunidade: do Sistema Viário e do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural. Nas últimas sessões ordinárias do Poder Legislativo foram aprovadas as leis do Plano Diretor Municipal e que determinou o Perímetro Urbano.

Mais duas audiências públicas serão realizadas nos próximos dias pela Câmara de Vereadores. No dia 27, às 19h30min, no anfiteatro da Faculdade Integrado será realizada audiência pública da Comissão Permanentes de Méritos Temáticos para discutir a instalação do Centro de Detenção Provisória (CDP) nas imediações do jardim Cidade Nova. Para o encontro foram convidadas autoridades municipais e representantes do Judiciário, do Ministério Público, lideranças da comunidade (principalmente de bairros localizados próximos ao local escolhido para o empreendimento).

Já no dia 29, às 15 horas, no auditório da Casa da Cultura, acontece audiência pública da Comissão Permanente de Finanças e Orçamento para que a Prefeitura preste contas referentes ao segundo quadrimestre de 2011.

Todas as audiências públicas são abertas a participação da comunidade, inclusive para a formulação de perguntas (no espaço reservado a manifestação da platéia).
Solene

Já no dia 23, às 20 horas, no Centro de Tradições Gaúchas “Índio Bandeira”, a Câmara de Vereadores realiza sessão solene para fazer a entrega do Título de Cidadania Honorária ao tradicionalista Dirceu Mello. Também será feita a entrega da Comenda 10 de Outubro ao Centro de Tradições Gaúchas “Índio Bandeira”.

LEI DE ZONEAMENTO E LEI DO SISTEMA VIÁRIO

Após a aprovação da Lei Plano Diretor Municipal e delimitados os limites das áreas urbanas do município através da Lei do Perímetro Urbano nos dias 12 e 13 de setembro último, chegou o momento para discutir a Lei de Zoneamento do Uso do Solo Urbano e Rural e a Lei do Sistema Viário na próxima audiência pública marcada pela Câmara de Vereadores no dia 20 de setembro (terça-feira).

Na área rural, a Lei de Zoneamento define critérios para o aproveitamento do solo, proteção ambiental e de interesse urbano por bacia hidrográfica segundo as suas características.

Embora quase todos os rios de Campo Mourão pertençam à bacia hidrográfica do rio Mourão, para efeitos de uso e ocupação do solo, o Plano Diretor zoneou o município em seis microbacias hidrográficas: rio 23, rio Mourão, rio do Campo, rio Claro, rio Goioerê e rio Arurão, com destaque à microbacia do rio do Campo que é o manancial que abastece 70% da cidade de Campo Mourão. Nessa microbacia, por exemplo, são proibidas a instalação de indústrias poluentes com lançamentos

de efluentes (resíduos líquidos), e a aplicação de agrotóxicos por meio de aviões para evitar a contaminação das águas do rio do Campo.

Na área urbana, a Lei de Zoneamento trata da distribuição dos estabelecimentos comerciais, residenciais e industriais, além das áreas de preservação permanente e de expansão urbana, segundo as características locais e de vizinhança, definindo normas de uso e ocupação como: onde se permite ou não a construção de prédios, a instalação de comércio, serviços ou indústrias cuja atividade seja caracterizada como incômoda (ruído, trepidações, conturbações no trânsito), nociva (poluentes por meio de poeira, gases, odores) ou perigosa (risco de explosão, incêndios).

Para saber se a lei proposta atende o interesse coletivo é importante avaliar:

- se a lei garante a função social da propriedade e da cidade, ou seja, que os terrenos urbanos sejam utilizados em benefício da coletividade e não apenas aos interesses de seus proprietários;

- se estabelece no zoneamento a melhor forma de ocupar cada pedaço do município, reservando áreas para equipamentos públicos como unidades de saúde, escolas, creches, áreas de interesse ambiental como a proteção de mananciais e áreas verdes, ou se prevê áreas para a expansão de campus universitários;

- se combate a especulação imobiliária estabelecendo critérios para edificação em lotes vazios, ocupação de imóveis desocupados ou subutilizados, principalmente em regiões onde já existem infraestrutura e serviços disponíveis como iluminação pública, asfalto, rede de água e esgoto, e se passam por ali o transporte coletivo e escolar, o caminhão da coleta de lixo, entre outros.

- se estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social, ou seja, as áreas onde serão construídas as moradias para a população de baixa renda indicadas pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social concluído em julho deste ano.

Não se trata apenas de apontar os locais que os técnicos consideram importantes, mas saber se a população reconhece esses locais como importantes para serem tratados de forma diferenciada pelo Plano Diretor.

A Lei do Sistema Viário tem por objetivo disciplinar e facilitar os deslocamentos das pessoas e dos veículos entre as regiões e bairros do município, respeitando as normas existentes e zelando pelos interesses da comunidade.

Essa lei deve prever e priorizar a acessibilidade e mobilidade das pessoas que necessitam de transporte coletivo, utilizam bicicletas para seu deslocamento diário, ou de portadores de deficiência.

A malha viária atual, embora caracterizada por largas avenidas na região central, todas são preferenciais no sentido nordeste-sudoeste, dificultando o deslocamento no sentido sudeste-noroeste. Por exemplo, para quem sai do Jardim Capricórnio e vai para o Jardim Copacabana precisa parar dez vezes de quadra em quadra até a Perimetral Tancredo Neves e isso, além da dificuldade para o motorista, é causa de muitos acidentes que ocorrem na cidade.

Outro problema identificado pelo Plano Diretor é a descontinuidade de vias nos bairros da Asa Leste, e várias ruas sem saída. Essa situação, além de dificultar o fluxo contínuo de veículos, encarece os custos com infraestrutura e serviços.

Por isso, a Lei do Sistema Viário propõe, em caso de novos loteamentos, que a abertura de novas vias deve priorizar a continuidade das vias já existentes e evitar

ruas sem saída, facilitando o acesso de serviços como o transporte coletivo ou a coleta de lixo, e reduzindo custos desnecessários na instalação de linhas de energia, rede de água e esgoto, pavimentação, meio-fio, galerias pluviais, etc.

Sob esse aspecto, não faz sentido construir novos bairros distantes de toda a infraestrutura da cidade, longe do emprego e do serviço, que deixem o cidadão dependente de uma circular que não passa de hora em hora ou de vias onde andar de bicicleta seja um grande risco.

A Lei do Sistema Viário precisa identificar estratégias que reduzam as concentrações de veículos em determinados horários e pontos da cidade, bem como oferecer à população um sistema de transporte coletivo mais eficiente e integrado, com pontos de parada de ônibus bem localizados, protegendo seus usuários da chuva, do sol e de assaltos; que ofereça alternativas de vias rápidas para o deslocamento de veículos, principalmente em horários de pico; que contemple a inclusão social regulamentando as áreas de estacionamento e promovendo a acessibilidade e mobilidade das pessoas com conforto e segurança em todas as ruas e calçadas da cidade.

A proposta da Lei do Sistema Viário que será discutida na próxima audiência pública, prevê traçado de vias para áreas que estão, inclusive, fora do perímetro, visando orientar o crescimento da cidade segundo as facilidades de deslocamento da população entre as regiões da cidade. Por exemplo: o Plano Diretor propõe no futuro, uma via rápida interligando o Hospital Santa Casa à rodovia BR 158 no Jardim Silvana, passando pelo Conjunto Habitacional Cidade Nova, Santa Cruz e Batel, facilitando o acesso rápido à esse equipamento de saúde para os moradores de toda a região norte da cidade.

Outros pontos importantes tratados pelo Plano Diretor, diz respeito ao contorno viário e possíveis áreas para implantação do aeroporto municipal. Essas duas grandes obras devem atender às exigências específicas quanto à localização, acesso e, principalmente à segurança e que portanto, não podem ser implantadas em qualquer lugar.

As pessoas que moram na cidade são quem realmente conhecem os problemas de seus bairros e devem orientar o planejamento da cidade. Não adianta definir regras que ninguém está disposto a cumprir. Por isso, a participação da sociedade é muito importante nas audiências públicas, pois é nesse espaço em que a comunidade tem a oportunidade de manifestar a sua opinião e influenciar na decisão dos vereadores que são seus legítimos representantes.

Participe dessa discussão apresentando a sua sugestão para melhorar a proposta da Lei de Zoneamento e Lei do Sistema Viário.

LEI DE ZONEAMENTO

Após a aprovação da Lei Plano Diretor Municipal e delimitados os limites das áreas urbanas do município através da Lei do Perímetro Urbano nos dias 12 e 13 de setembro último, chegou o momento para discutir a Lei de Zoneamento do Uso do Solo Urbano e Rural e a Lei do Sistema Viário na próxima audiência pública marcada pela Câmara de Vereadores no dia 20 de setembro (terça-feira).

Na área rural, a Lei de Zoneamento define critérios para:

O aproveitamento do solo;

A proteção ambiental e de interesse urbano por bacia hidrográfica segundo as suas características.

Embora quase todos os rios de Campo Mourão pertençam à bacia hidrográfica do rio Mourão, para efeitos de uso e ocupação do solo, o Plano Diretor zoneou o município em seis microbacias hidrográficas: rio 23, rio Mourão, rio do Campo, rio Claro, rio Goioerê e rio Arurão, com destaque à microbacia do rio do Campo que é o manancial que abastece 70% da cidade de Campo Mourão. Nessa microbacia, por exemplo, são proibidas a instalação de indústrias poluentes com lançamentos de efluentes (resíduos líquidos), e a aplicação de agrotóxicos por meio de aviões para evitar a contaminação das águas do rio do Campo.

Na área urbana, a Lei de Zoneamento trata da distribuição dos estabelecimentos comerciais, residenciais e industriais, além das áreas de preservação permanente e de expansão urbana, segundo as características locais e de vizinhança, definindo normas de uso e ocupação, tais como:

Em quais locais será permitida a construção de prédios e qual a estrutura permitida destes (3, 5, 10,20 andares) de acordo com a localização;

Quais os locais que poderão ter instalação de comércio;

Quais os locais que poderão ter serviços ou indústrias, cuja atividade seja caracterizada como incômoda (ruído, trepidações, conturbações no trânsito), nociva (poluentes por meio de poeira, gases, odores) ou perigosa (risco de explosão, incêndios);

Para saber se a Lei proposta atende o interesse coletivo é importante avaliar:

- se a lei garante a função social da propriedade e da cidade, ou seja, que os terrenos urbanos sejam utilizados em benefício da coletividade e não apenas aos interesses de seus proprietários;

- se estabelece no zoneamento a melhor forma de ocupar cada pedaço do município, reservando áreas para equipamentos públicos como unidades de saúde, escolas, creches, áreas de interesse ambiental como a proteção de mananciais e áreas verdes, ou se prevê áreas para a expansão de campus universitários;

- se combate a especulação imobiliária estabelecendo critérios para edificação em lotes vazios, ocupação de imóveis desocupados ou subutilizados, principalmente em regiões onde já existem infraestrutura e serviços disponíveis como iluminação pública, asfalto, rede de água e esgoto, e se passam por ali o transporte coletivo e escolar, o caminhão da coleta de lixo, entre outros.

- se estabelece as Zonas Especiais de Interesse Social, ou seja, as áreas onde serão construídas as moradias para a população de baixa renda indicadas pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social concluído em julho deste ano.

Não se trata apenas de apontar os locais que os técnicos consideram importantes, mas saber se a população reconhece esses locais como importantes para serem tratados de forma diferenciada pelo Plano Diretor.

LEI DO SISTEMA VIÁRIO

A Lei do Sistema Viário tem por objetivo disciplinar e facilitar os deslocamentos das pessoas e dos veículos entre as regiões e bairros do município, respeitando as normas existentes e zelando pelos interesses da comunidade.

Essa lei deve prever e priorizar fatores como:

Acessibilidade e mobilidade das pessoas - das que necessitam de transporte coletivo, utilizam bicicletas para seu deslocamento diário, ou de pessoas com deficiência;

Malha viária eficiente - na região central, todas as avenidas são preferenciais, o que dificulta o deslocamento nas Ruas. Por exemplo, quem sai do Jardim Capricórnio e vai para o Jardim Copacabana precisa parar dez vezes de quadra em quadra até a Perimetral Tancredo Neves e isso, além da dificuldade para o motorista, é causa de muitos acidentes que ocorrem na cidade;

Descontinuidade de vias nos bairros da Asa Leste, e várias ruas sem saída - além de dificultar o fluxo contínuo de veículos, encarece os custos com infraestrutura e serviços.

Por isso, a Lei do Sistema Viário propõe, em caso de novos loteamentos, que a abertura de novas vias deve priorizar a continuidade das vias já existentes e evitar ruas sem saída, facilitando o acesso de serviços como o transporte coletivo ou a coleta de lixo, e reduzindo custos desnecessários na instalação de linhas de energia, rede de água e esgoto, pavimentação, meio-fio, galerias pluviais, etc.

Além disso, a Lei do Sistema Viário deve:

Identificar estratégias que reduzam as concentrações de veículos em determinados horários e pontos da cidade;

Oferecer à população um sistema de transporte coletivo mais eficiente e integrado, com pontos de parada de ônibus bem localizados, protegendo seus usuários da chuva, do sol e de assaltos;

Oferecer alternativas de vias rápidas para o deslocamento de veículos, principalmente em horários de pico;

Contemplar a inclusão social regulamentando as áreas de estacionamento e promovendo a acessibilidade e mobilidade das pessoas com conforto e segurança em todas as ruas e calçadas da cidade.

Sob esse aspecto, não faz sentido construir novos bairros distantes de toda a infraestrutura da cidade, longe do emprego e do serviço, que deixem o cidadão dependente de uma circular que não passa de hora em hora ou de vias onde andar de bicicleta seja um grande risco.

A proposta da Lei do Sistema Viário que será discutida na próxima audiência pública, prevê traçado de vias para áreas que estão, inclusive, fora do perímetro, visando orientar o crescimento da cidade segundo as facilidades de deslocamento da população entre as regiões da cidade. Por exemplo: o Plano Diretor propõe no futuro, uma via rápida interligando o Hospital Santa Casa à rodovia BR 158 no Jardim Silvana, passando pelo Conjunto Habitacional Cidade Nova, Santa Cruz e Batel, facilitando o acesso rápido à esse equipamento de saúde para os moradores de toda a região norte da cidade.

Tureck veta totalmente projeto de transparência

A Câmara de Vereadores recebeu mensagem de veto total do prefeito Nelson Tureck ao projeto de lei que dispõe sobre o atendimento aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo. O projeto trata ainda do acesso dos vereadores às repartições públicas municipais para fins relacionados às funções legais dos edis.

O projeto de lei, recentemente aprovado pela Câmara Municipal, é de autoria dos vereadores José Pochapski, Beto Voidelo e Sidnei Jardim. Após ser apreciado pelas comissões Permanente do Poder Legislativo, o veto será levado a discussão e votação em plenário.

Na mensagem justificativa do projeto, os autores explicam os objetivos da iniciativa: “O projeto de lei em questão objetiva garantir ao Poder Legislativo, na prática, o atendimento por parte do Prefeito aos requerimentos de informações aprovados em plenário e o acesso e trânsito dos vereadores às repartições públicas municipais”. Acrescentam ainda que apesar dos direitos assegurados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município, não há no plano normativo nada que efetive essa garantia de acesso e trânsito. O Poder Executivo tem prazo de 30 dias para fornecer as informações requeridas pelo Poder Legislativo. Um dos artigos do projeto prevê que no caso de requisição de informações sobre matéria complexa, a ser acompanhada de elevado número de cópias reprográficas, o atendimento poderá se dar através de vista dos autos do processo administrativo à Câmara Municipal, fora da repartição municipal, pelo prazo de cinco dias para a extração das cópias dos autos que se julgar necessárias ao exercício do dever de fiscalização.

Acesso

Outros artigos do projeto de lei asseguram aos vereadores livre acesso e trânsito nos diversos órgãos e repartições da administração direta, indireta e fundacional “incluindo o direito de investigar, fiscalizar e coletar informações e dados”, destaca a mensagem justificativa.

28/09/11

Sidnei Jardim

Vereador encaminha reclamações da comunidade para providências

O vereador e advogado Sidnei Jardim tem apresentado um grande número de proposições na Câmara Municipal de Campo Mourão fundamentadas em reclamações e denúncias que a população formula através da imprensa local, sobretudo através de sites de informações. Queixas nas mais diversas áreas são transformadas em requerimentos e indicações que, depois de serem deliberadas nas sessões do Legislativo Municipal, são encaminhadas para os órgãos competentes.

Utilizando-se dessas manifestações da população, o vereador questionou recentemente a Prefeitura sobre o motivo da interdição da rua Marfim “de forma improvisada, com postes”. Também indagou sobre o motivo da falta de materiais de limpeza, merenda e material odontológico nas unidades de saúde, do barracão industrial do jardim Tropical II estar fechado “sem a geração de empregos”, da suspensão das atividades na piscina do complexo esportivo “Roberto Brzezinski” a cada intempérie por falta de para-raio.

Outros requerimentos de Sidnei Jardim foram para perguntar quando será realizada operação tapa buracos na rua vereadora Dúlcia Gomes Delattre (fundos do Celebra Eventos) e a solução que será dada aos moradores da rua das Rosas (jardim Araucária), que cobram um asfalto digno. Quer saber ainda as formas utilizadas pela Prefeitura para transportar pacientes para procedimentos de saúde em outras cidades e porque a administração municipal não está instruindo, fiscalizando e emitindo eventuais notificações aos responsáveis por construções que depositam materiais nas calçadas.

Esclarecimentos

Há uma fiscalização para o cumprimento da legislação sobre cercas elétricas?

Existe projeto ou estudo para melhorar a iluminação pública do jardim Albuquerque? Para quando está prevista a execução de recape asfáltico na vila Cândida? Existem estudos de medidas para reduzir o número de acidentes ao longo da avenida Presidente John Kennedy (jardim Lar Paraná)? O prefeito tem conhecimento de que as zeladoras e funcionários das escolas municipais estão proibidos de comer a merenda escolar? Qual a explicação para o péssimo estado de conservação de diversos prédios públicos municipais? Porque não está sendo realizada limpeza pública nas ruas do jardim Primavera? Esses são apenas mais alguns exemplos dos questionamentos feitos pelo vereador Sidnei Jardim, a partir de reclamações da população divulgadas através da imprensa.

PPS CM

24/09/11

PPS Mulher realizou encontro em Campo Mourão



O núcleo feminino do diretório municipal do PPS de Campo Mourão realizou encontro regional nesta sexta-feira (23). O



deputado estadual Douglas Fabricio (PPS) prestigiou a abertura do evento, assim como o ex-prefeito Tauillo Tezelli e o vereador Sidnei Jardim. A convidada especial, que fez uma palestra de

motivação, foi a presidente estadual do PPS Mulher, Angela Donha.

Ao agradecer a presença das autoridades do partido, a coordenadora do PPS em Campo Mourão, Flávia Ribas, destacou que o evento visa motivar e orientar as mulheres do partido visando as eleições municipais do próximo ano. “Queremos apresentar boas opções para contribuir com a montagem da nossa chapa de vereadores no próximo ano”, ressaltou Flávia.

Em sua palestra, Angela Donha compartilhou a experiência no comando da militância feminina em Curitiba, conclamando as mulheres a participarem das reuniões e da organização partidária. Ela também respondeu vários questionamentos das filiadas e simpatizantes.

O deputado Douglas, que também abonou algumas filiações, fez uma breve prestação de contas da atividade parlamentar e enalteceu a iniciativa das mulheres.

PPS PR

14/09/11

Campo Mourão: CPI inicia investigações sobre a festa do "Carneiro no Buraco"

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga possíveis irregularidades na Festa Nacional do Carneiro no Buraco e a contratação da empresa terceirizada, formada pelos vereadores Ademir Lima, Edoel Rocha, Helton Borges, Isidório Moraes, Saul Sachetti e Sidnei Jardim, esteve reunida na semana passada onde foi eleito para Presidente da CPI o Vereador e Advogado Sidnei Jardim, e ainda para Relator o Vereador Isidório Moraes.

Nesta quinta-feira os Vereadores participarão de uma reunião interna de trabalho, onde será definido todo o sistema de atuação da CPI, assim como as diligências que serão realizadas, e os documentos que serão anexos ao processo.

Segundo Sidnei Jardim, a Comissão irá buscar depoimentos de testemunhas e envolvidos no caso, e a coleta de provas das irregularidades já apontadas pelo Observatório Social e outras que aparecerão.

Outro fator a ser discutido na reunião será a abertura de um sistema para que a Comissão possa receber mais denúncias sobre o caso.

20/09/11

Campo Mourão: Sistema viário e zoneamento serão discutidos pela Câmara Municipal

Nesta terça-feira (20) acontece a segunda Audiência Pública sobre o Plano Diretor Municipal. Desta vez serão discutidos os Projetos de Lei 006/2010 – Que dispõe sobre o Sistema Viário de Campo Mourão e 007/2010 – Que dispõe sobre o Zoneamento e uso do solo no Município.

O Vereador e Advogado Sidnei Jardim, presidente da Comissão que é responsável pela Audiência Pública, ressalta que os dois Projetos são polêmicos, pois influenciam na vida e no dia a dia de toda a população mourãoense.

“Esses projetos definirão questões polêmicas que afetam a vida de todos os municípios. O Projeto de Zoneamento definirá questões como: quais os bairros poderão ter comércios ou indústrias, onde serão permitidas a construção de prédios e a definição da estrutura destes de acordo com sua localização. Já o Projeto do Sistema Viário disciplina e facilita os deslocamentos das pessoas e veículos, definindo a largura de ruas, as vias preferenciais, estacionamentos, o que pode ser feito para dar maior acessibilidade às pessoas com deficiências, enfim tudo o que está relacionado a infraestrutura do trânsito de Campo Mourão. Por isso é muito importante que a população compareça e leve suas sugestões”.

A Audiência Pública é aberta a toda a população, e será realizada às 19 horas no anfiteatro da Fecilcam.

26/09/11

PPS Mulher realizou encontro em Campo Mourão

O núcleo feminino do diretório municipal do PPS de Campo Mourão realizou encontro regional nesta sexta-feira (23). O deputado estadual Douglas Fabricio (PPS) prestigiou a abertura do evento, assim como o ex-prefeito Tauillo Tezelli e o vereador Sidnei Jardim. A convidada especial, que fez uma palestra de motivação, foi a presidente estadual do PPS Mulher, Angela Donha.

Ao agradecer a presença das autoridades do partido, a coordenadora do PPS em Campo Mourão, Flávia Ribas, destacou que o evento visa motivar e orientar as mulheres do partido visando as eleições municipais do próximo ano. “Queremos apresentar boas opções para contribuir com a montagem da nossa chapa de vereadores no próximo ano”, ressaltou Flávia.

Em sua palestra, Angela Donha compartilhou a experiência no comando da militância feminina em Curitiba, conclamando as mulheres a participarem das reuniões e da organização partidária. Ela também respondeu vários questionamentos das filiadas e simpatizantes.

O deputado Douglas, que também abonou algumas filiações, fez uma breve prestação de contas da atividade parlamentar e enalteceu a iniciativa das mulheres.

28/09/11

PPS de Campo Mourão: Sidnei Jardim questiona Prefeitura

Através de requerimento apresentado na Câmara Municipal, aprovado por unanimidade, o vereador Sidnei Jardim questionou ao prefeito Nelson Tureck a razão de dificultar ou até mesmo não fornecer cópia de documentos solicitados pelo Observatório Social de Campo Mourão.

Na mesma proposição indagou: “Qual é o motivo de Vossa Excelência ser a favor de implantar um Conselho Externo para fiscalizar o Hospital Santa Casa, se não é favorável ao Observatório Social fiscalizar as ações públicas administradas pelo Poder Executivo?”.

Em outro requerimento transcreveu manifestação de uma pessoa da comunidade na imprensa local afirmando que o prefeito de Campo Mourão, na polêmica do convênio com a Santa Casa, deveria ser conciliador e não dar ouvido aos que desconhecem o que é saúde pública e gestão plena.

Também apresentou proposição indagando ao prefeito: “O que Vossa Excelência tem a dizer sobre o caos que o Município vem passando na área da saúde?”. Atendendo a reclamações de portadores de HIV de Campo Mourão, Sidnei Jardim quer uma explicação por parte da administração municipal.

Solicitou ainda as metas que o Município terá de cumprir junto ao PAM, bem como o desempenho de Campo Mourão em 2009 e 2010. Pediu ainda cópia da prestação de contas desde 2009.

30/09/11

PPS de Campo Mourão amplia filiações de lideranças jovens e mulheres

O diretório municipal do PPS de Campo Mourão realizou uma reunião na última quinta-feira (29 de setembro) com o objetivo de promover algumas filiações antes do fim do prazo (07 de outubro). O partido conseguiu agregar mais dezoito lideranças e continuará em busca de nomes fortes.

De acordo com o presidente do PPS de Campo Mourão, Edson Battilani, a maioria dos filiados desta quinta foi composta de jovens e mulheres. "Temos um grupo interessante com o desejo de disputar eleição para vereador. O PPS vem atraindo gente nova, principalmente mulheres e jovens. Todo partido sabe que existe dificuldade de ampliar os quadros femininos", disse.

Battilani ainda informou que a sigla está contando com representantes de todos os segmentos da sociedade. Ele enfatiza que até a data do vencimento do prazo de filiação, o partido vai conseguir atrair mais lideranças.

Também estiveram no encontro, o vice-presidente do PPS do município, Tauillo Tezelli, o presidente do PPS do Paraná, deputado federal Rubens Bueno, e os vereadores de Campo Mourão Sidnei Jardim, Beto Voidelo e José Pochapski.

Necessidade de mudança

Ao fazer discurso, o deputado federal Rubens Bueno afirmou que Campo Mourão necessita de uma nova administração. Segundo ele, o PPS está disposto a colaborar para resolver os problemas do município. "Temos força política para disputar a eleição majoritária com bons projetos para Campo Mourão", afirmou.

REPORTER NOS BAIRROS

01/09/11

Projeto do vereador Sidnei Jardim vira lei e beneficia servidores

O Projeto Substitutivo ao Projeto de Lei nº 165/2011 que "Dispõe sobre a Organização da Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Mourão", de autoria do Vereador Sidnei Jardim, votado e aprovado por unanimidade na Câmara, foi sancionado nesta sexta-feira (26) pelo Executivo Municipal e publicado no Órgão Oficial nº. 1469.

Segundo a Lei nº 2741, a partir de agora, o servidor estará dispensado de suas atividades já a partir do momento da publicação inicial do seu ato de inativação e concessão da aposentadoria no Órgão Oficial do Município, ou seja, o servidor não precisará mais aguardar trabalhando em sua função, até obter o deferimento de sua aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

"Considerar a legalidade e o bem estar dos servidores, esse foi o objetivo fundamental para a alteração desta Lei", relatou o vereador.

05/09/11

Câmara: Projetos propõem homenagens

O vereador Ademir Franco de Lima – "Pezão", com o apoio de outros seis vereadores, apresentou projeto de resolução na Câmara Municipal de Campo

Mourão que concede o Título de Mérito Desportivo a José Pedro de Souza Cordeiro. Instituída em 1997, a honraria tem a finalidade de homenagear atletas e outras pessoas que se destacam, na área esportiva.

Pedro Cordeiro, como é mais conhecido, tem atuação destacada no meio esportivo de Campo Mourão há décadas. O autor da proposição defende a concessão do título na mensagem justificativa do projeto, acrescentando que as homenagens e o reconhecimento da comunidade devem acontecer em vida.

Ademir Franco de Lima também apresentou projeto de lei que concede a Comenda 10 de Outubro a empresa Camargo Eventos, sediada em Campo Mourão. Todos os demais vereadores subscreveram o projeto.

Já o vereador Edoel Rocha protocolou projeto de lei que denomina a atual rua projetada “A”, do jardim Copacabana II, como Cecília Meireles. Por sua vez, o vereador José Pochapski protocolou projeto de lei que disciplina a denominação de próprios e logradouros públicos.

Indicações

O Departamento de Assuntos Legislativo da Câmara Municipal recebeu ainda três indicações Legislativas: que institui exigências para a concessão de licença de funcionamento para parques, circos, arquibancadas e estruturas diversas (do vereador Edoel Rocha), que dispõe sobre o Programa de Ação Contínua na Rede Municipal de Saúde como o objetivo de diagnosticar e tratar a depressão pós-parto (de autoria dos vereadores Beto Voidelo, José Pochapski e Sidnei Jardim) e que cria a edição anual do Dia da Responsabilidade Social ao Prefeito e Empresários (do vereador Eraldo Teodoro de Oliveira).

06/09/11

Câmara define como será a votação do projeto sobre aumento de vereadores

A votação da matéria que trata do aumento do número de vereadores para a próxima legislatura será feita de forma nominal, ou seja, os vereadores terão que se levantar e dizer “sim” ou “não”. Segundo o presidente da Câmara, Eraldo Teodoro de Oliveira (foto) neste sistema de votação, o presidente terá direito ao voto de minerva, caso a matéria termine empatada.

Atualmente, os 10 vereadores estão divididos em relação ao aumento ou não. Quatro vereadores são favoráveis ao aumento de 10 para 17 vagas (Edoel Rocha, Helton Borges, Ademir Franco de Lima “Pezão” e Sidnei Jardim). Já os vereadores Saul Sacheti, José Pochapski, Beto Voidelo, Nelita Piacentini e Isidoro Morais não concordam com o aumento. O presidente da Câmara, Eraldo Teodoro de Oliveira afirmou que é contra o aumento para 17 vagas, mas se houver um acordo votará para que sejam 13 vereadores a partir de 2013. “Eu voto até 13, mas se não houver acordo permanecerá os 10”, disse Eraldo.

Com a votação nominal, o presidente vota duas vezes, a primeira como vereador e a segunda para desempatar, o chamado “voto de minerva”.

O projeto que fixa o número de vereadores para a próxima legislatura será apreciado pelos vereadores nas próximas sessões, marcadas para 12 e 13 de setembro, no Auditório da Casa da Cultura.

Enquanto isso, entidades continuam em campanha contra o aumento e segundo o presidente da Acicam Nelson Botega devem lotar a Câmara na próxima segunda-feira.

08/09/11

Câmara: Agendadas sessão solene, reunião e audiência pública

Nesta sexta-feira (9/9), a partir das 13h45min, a Comissão Permanente de Méritos Temáticos da Câmara Municipal de Campo Mourão reúne-se para analisar nove projetos de lei e um projeto de resolução. Entre as matérias a serem apreciadas estão os projetos que tratam da contratação de pessoal pela Prefeitura sob o regime de emprego público para ações na área da saúde.

José Pochapski preside a comissão, que é integrada ainda pelos vereadores Edoel Rocha e Nelita Piacentini. Quatro dos nove projetos a serem analisados são de autoria de vereadores.

No dia 20, a partir das 19 horas, no anfiteatro da Faculdade Estadual de Ciências e Letras (Fecilcam), a Comissão Permanente de Legislação e Redação do Poder Legislativo realiza audiência pública para discutir projetos de lei que dispõem sobre o Sistema Viário e Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural.

Sidnei Jardim é o presidente da Comissão Permanente de Legislação e Redação da Câmara Municipal. Também os vereadores Ademir Franco de Lima – “Pézão” e Isidoro Moraes integram a comissão.

Solene

Para o próximo dia 23, a partir das 20 horas, nas dependências do Centro de Tradições Gaúchas Índio Bandeira, está marcada a realização de sessão solene. Será feita a entrega de Título de Cidadania Honorária a Dirceu de Mello e da Comenda 10 de Outubro ao CTG Índio Bandeira. As homenagens são resultado de projetos apresentados pelo vereador Isidoro Moraes.

Vereador cobra a renovação de convênio com a Apasfa



O vereador Sidnei Jardim quer saber da Prefeitura de Campo Mourão quando será renovado o convênio com a Associação de Proteção aos Animais São Francisco de Assis (Apasfa). Também questionou por que os recursos, mesmo previstos na Planilha Orçamentária, ainda não foram liberados para a entidade.

Os recursos previstos no convênio seriam destinados a execução de castração em animais. “Sem estes recursos do convênio, a Apasfa não consegue realizar o Programa de Castração de Animais”, explica o vereador no requerimento apresentado na Câmara Municipal.

Outro requerimento apresentado por Sidnei Jardim e que terá de ser respondido pela Prefeitura é porque não está sendo fiscalizado o cumprimento da lei que determina que “Todo cão a ser conduzido em vias e logradouros públicos deve,

obrigatoriamente, usar coleira e guia, adequadas ao seu tamanho e porte, com a plaqueta de identificação devidamente posicionadas”. Também foi cobrado o cumprimento da legislação que obriga o condutor de animais a recolher os dejetos fecais expelidos nas vias e logradouros públicos.

Veículos

Sidnei Jardim encaminhou outros questionamentos para serem respondidos pelo prefeito Nelson Tureck: o secretário da Agricultura e Meio Ambiente está autorizando servidores do órgão a utilizarem veículos oficiais para atividades particulares? É feito controle de quilometragem? Qual a razão da transferência das últimas séries do Ensino Fundamental para a responsabilidade do Governo do Estado? Qual o motivo do mau cheiro que assola a cidade em determinados dias? Qual foi a participação efetiva do Município na construção do Moradias Avelino Piacentini, principalmente no que diz respeito a investimentos? Existe previsão para a construção de uma via rápida entre a região onde está localizado o Demop/Coamo ao centro? Quando será realizado o serviço desobstrução de bueiros (e não apenas manutenção)? Porque menores estão novamente catando papéis nas vias públicas de Campo Mourão? Porque está chovendo no interior da estação de passageiros do aeroporto municipal? Quando as obras de reforma serão retomadas e concluídas?

09/09/11

Câmara vota na segunda-feira, projeto que define número de vereadores



A Câmara de Vereadores de Campo Mourão realiza sessões de caráter ordinário na segunda e terça-feira (12 e 13/9), a partir das 19 horas, no auditório da Casa da Cultura. Apesar de não constar do roteiro prévio deverá ser definido o número de vereadores para a próxima legislatura (2013/2016). Atualmente o Município tem 10 vereadores, mas a legislação vigente, pela população registrada pelo IBGE, permite até 17 vereadores.

O roteiro prevê a deliberação de 24 indicações e 65 requerimentos protocolados pelos vereadores, a maioria reivindicando a execução de melhorias nas áreas urbana e rural. Em

segundo turno de votação será deliberada proposta de Emenda a Lei Orgânica, de autoria dos vereadores José Pochapski, Isidoro Moraes e Beto Voidelo, que proíbe a nomeação de inelegíveis por atos ilícitos para o exercício de carga em comissão na administração municipal de Campo Mourão.

Também será votado o veto do prefeito Nelson Tureck ao projeto de lei, de autoria do vereador Sidnei Jardim, que dispõe sobre a colocação de placas que estimulem o uso de táxis como meio de transporte. Serão ainda votados quatro

projetos de lei, oriundos do Poder Executivo, pedindo autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares que somam R\$ 1.974.779,07.

13/09/11

Câmara de Campo Mourão terá 13 vereadores na próxima legislatura



Com o auditório da Casa da Cultura completamente lotado, a Câmara Municipal de Campo Mourão votou na noite desta segunda-feira (12/) pelo aumento do número de vereadores para a próxima legislatura (2013/2016). Por 6 votos a 4, foi aprovado o projeto apresentado pela Comissão Permanente de Legislação e Redação, que estipula o número de 13 vereadores para a próxima legislatura. O segundo projeto, que previa 10 vereadores, foi derrotado na votação desta segunda-feira, em sessão ordinária.

Os projetos foram apresentados durante a sessão e a votação foi nominal, com cada vereador votando em aberto,

posicionando-se publicamente a favor de 10 ou 13 vereadores. A proposta de 17 vereadores, que era o número máximo permitido pela legislação vigente, sequer foi apresentada.

O projeto que prevê 13 vereadores, de autoria da Comissão Permanente de Legislação e Redação, foi subscrito pelos vereadores Sidnei Jardim e Ademir Franco de Lima – “Pézão”. O vereador Isidoro Moraes também faz parte da comissão, mas foi contrário a proposição.

Já a projeto substitutivo que previa a manutenção das atuais 10 vagas de vereadores foi apresentado pelo vereador Saul Sachetti, que teve o apoio de outros três vereadores: Beto Voidelo, Isidoro Moraes e José Pochapski.

Votação

Pela elevação para 13 vereadores a partir de 2013 votaram os vereadores Ademir Franco de Lima, Edoel Rocha, Eraldo Teodoro de Oliveira, Helton Borges, Nelita Piacentini e Sidnei Jardim. A proposta de 10 vereadores recebeu os votos favoráveis de Saul Sachetti, Isidoro Moraes, José Pochapski e Beto Voidelo.

Há muito não compareciam tantos populares e lideranças em uma sessão normal da Câmara Municipal de Campo Mourão. Após a votação do projeto sobre a composição do Poder Legislativo para 2012/2016, vários vereadores usaram da palavra para justificar o voto.

15/09/11

Sete depoimentos abrirão a CPI do Carneiro no Buraco



Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que a Câmara de Vereadores de Campo Mourão criou com a finalidade de investigar a contratação de uma empresa para a realização da 21ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco, em julho último, serão abertos com o depoimento de sete pessoas. Para a primeira rodada de depoimentos serão convocados integrantes da administração municipal envolvidos diretamente na realização da licitação.

Uma reunião dos integrantes da CPI, realizada na manhã desta quinta-feira (15/9), definiu a forma de condução das investigações e as primeiras ações a

serem desencadeadas. Uma farta documentação já foi coletada (inclusive cópia de Mandado de Segurança impetrado na Justiça para impugnar a licitação).

No dia 4 de outubro, a partir das 16 horas, acontecerão os primeiros depoimentos. Serão convocados o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Alcione Jacob de Souza; o diretor geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Antonio dos Reis Pereira; e o Pregoeiro da Prefeitura, Moisés Cláudio Nascimento.

A segunda rodada de depoimentos está marcada para o dia 18 de outubro, quando serão ouvidos os representantes das três empresas que participaram da licitação, além do representante do Observatório Social que acompanhou a licitação. Não está afastada a possibilidade da convocação de mais pessoas que participaram da licitação.

A CPI é composta por seis vereadores: Saul Sachetti (PMDB), Isidoro Moraes (PP), Sidnei Jardim (PPS), Ademir Franco de Lima – “Pezão” (PSL), Helton Borges (PR) e Edoel Rocha (PDT). A investigação do caso pela Câmara de Vereadores foi solicitada pelo Observatório Social.

O presidente da CPI, Sidnei Jardim, conclama as pessoas que eventualmente tenham denúncias a fazer sobre a Festa do Carneiro no Buraco para que procurem a Câmara Municipal ou a um dos vereadores para transmitir informações ou documentos.

A Diretoria Jurídica da Câmara de Vereadores analisou toda a documentação e apontou o descumprimento de exigência contida no edital da licitação pela empresa vencedora. Exigência que levou, inclusive, a desqualificação de outra empresa participante da licitação.

23/09/11

Sidnei Jardim participa do “Dia Sem Carro”



Nesta quinta-feira (22), comemorando o “DIA MUNDIAL SEM CARRO”, o Vereador e Advogado Sidnei Jardim fez questão de levar ao “pé da letra” a campanha, e deixou o seu veículo em casa.

Logo pela manhã o Vereador foi para o trabalho de bicicleta, onde em entrevista relatou que a importância da sua participação é de dar o exemplo: “Deixar o carro em casa, pelo menos um dia ao ano e fazer um exercício, além de fazer bem para a saúde,

colabora com o trânsito e principalmente com o meio ambiente. Nós como autoridades devemos dar o exemplo e participar da campanha.”

Já na parte da tarde, mesmo com a alta temperatura, Jardim fez questão de ir trabalhar a pé. Levou, caminhando, a filha Paula Beatriz à escola e deu o exemplo de que uma caminhada e um pouquinho de força de vontade não faz mal a ninguém. A distância entre a casa do Vereador e o Escritório é de aproximadamente 2.500 metros.

A ideia do “Car Free Day” (Dia Mundial sem Carro), foi criada na França e entrou em ação no ano de 1998, sendo adotada por trinta e cinco cidades do país. Rapidamente a ideia foi difundida em vários países da Europa e outros continentes.

O objetivo da comemoração é de que o dia 22 de setembro seja um manifesto contra a poluição ambiental e os problemas que o dióxido de carbono (CO₂) tem trazido para a camada de ozônio, o efeito estufa, poluição do ar, doenças respiratórias, poluição sonora, irritabilidade, acidentes com mortes, etc.

Discordâncias na Audiência do Plano Diretor



O diretor da Secretaria de Planejamento Ricardo Ikeda e o Coordenador Geral da Prefeitura, José Carlos Severino que assumiu interinamente a pasta com a saída de Fábio Melo. Eles participaram da Audiência Pública na última terça-feira e tiveram que ouvir contestações do arquiteto Rubens de Paula que não concordou com alguns itens da Lei do Sistema Viário. Após as sugestões do arquiteto, a Comissão responsável pela audiência decidiu devolver a

proposta de lei para que a secretaria faça os ajustes necessários. O coordenador geral disse que o Plano Diretor foi elaborado por uma empresa contratada devido

ao reduzido efetivo da secretaria. O vereador Sidnei Jardim aproveitou as críticas e disse: “Se o pessoal da Prefeitura não se entende, então eu sugiro que seja devolvido o projeto”.

TA SABENDO

12/09/11

Vereadores não se intimidam com Câmara lotada e aumentam para 13 o número de vagas

A Câmara Municipal de Campo Mourão aumentou para 13 o número de vereadores para próximo mandato. Foram seis votos a quatro. Os que votaram a favor, não se intimidaram com a presença maciça da população, que lotou o auditório da Casa da Cultura.

Votos favoráveis ao aumento:

Eraldo Teodoro de Oliveira
Edoel Rocha
Nelita Piacentini
Ademir Franco de Lima (Pezão)
Sidnei Jardim
Helton Borges

Votos contrários:

Prof. José Pochapski
Beto Voidelo
Saul Sachetti
Isidoro Moraes

Os projetos foram apresentados durante a sessão e a votação foi nominal, com cada vereador votando em aberto, posicionando-se publicamente a favor de 10 ou 13 vereadores. A proposta de 17 vereadores, que era o número máximo permitido pela legislação vigente, sequer foi apresentada.

O projeto que prevê 13 vereadores, de autoria da Comissão Permanente de Legislação e Redação, foi subscrito pelos vereadores Sidnei Jardim e Ademir Franco de Lima – “Pezão”. O vereador Isidoro Moraes também faz parte da comissão, mas foi contrário a proposição.

Já a projeto substitutivo que previa a manutenção das atuais 10 vagas de vereadores foi apresentado pelo vereador Saul Sachetti, que teve o apoio de outros três vereadores: Beto Voidelo, Isidoro Moraes e José Pochapski.

Votação

Pela elevação para 13 vereadores a partir de 2013 votaram os vereadores Ademir Franco de Lima, Edoel Rocha, Eraldo Teodoro de Oliveira, Helton Borges, Nelita Piacentini e Sidnei Jardim. A proposta de 10 vereadores recebeu os votos favoráveis de Saul Sachetti, Isidoro Moraes, José Pochapski e Beto Voidelo.

Há muito não compareciam tantos populares e lideranças em uma sessão normal da Câmara Municipal de Campo Mourão. Após a votação do projeto sobre a

composição do Poder Legislativo para 2012/2016, vários vereadores usaram da palavra para justificar o voto.

13/09/11

Câmara fica vazia depois da votação que aumentou o número de vereadores

Logo após a final da votação que aumentou o número de vereadores de Campo Mourão, o público começou a sair do auditório. Aos poucos o Legislativo voltou ao normal. Quem ficou até o final foram os poucos que acompanham os trabalhos da Casa. Nem mesmo a imprensa, que estava em peso ficou por lá.

Os vereadores não gostaram nada, e com razão. “Isso que eu não entendo. Nós vamos votar projetos importantes, que beneficiam a sociedade, e ninguém tem interesse”, comentou Sidnei Jardim.

“Sou contra o que dizem que vereador não faz nada. Falam porque não acompanham, não tem interesse. Só vem aqui na Câmara quando precisam de alguma coisa dos vereadores. Vereador não faz nada mesmo, vereador pede, fiscaliza. Quem tem poder pra fazer, mas não faz, é o executivo”, afirmou Isidoro Moraes.

CPI começa a investigar irregularidades na Festa Nacional do Carneiro

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga possíveis irregularidades na Festa Nacional do Carneiro no Buraco e a contratação da empresa terceirizada, formada pelos vereadores Ademir Lima, Edoel Rocha, Helton Borges, Isidório Moraes, Saul Sachetti e Sidnei Jardim, esteve reunida na semana passada onde foi eleito para Presidente da CPI o Vereador e Advogado Sidnei Jardim, e ainda para Relator o Vereador Isidório Moraes.

Nesta quinta-feira os Vereadores participarão de uma reunião interna de trabalho, onde será definido todo o sistema de atuação da CPI, assim como as diligências que serão realizadas, e os documentos que serão anexos ao processo.

Segundo Sidnei Jardim, a Comissão irá buscar depoimentos de testemunhas e envolvidos no caso, e a coleta de provas das irregularidades já apontadas pelo Observatório Social e outras que aparecerão.

Outro fator a ser discutido na reunião será a abertura de um sistema para que a Comissão possa receber mais denúncias sobre o caso.

14/09/11

CPI do Carneiro no Buraco reúne-se nesta quinta-feira

Será realizada nesta quinta-feira (15/9) a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que vai investigar indícios de irregularidades na contratação de empresa pela Prefeitura de Campo Mourão para a organização da 21ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco. A reunião terá início às 15 horas e acontecerá na sede do Poder Legislativo localizada na rua Mato Grosso.

Os integrantes deverão definir o sistema de condução das investigações, diligências a serem realizadas, documentos a serem anexados ao processo e as pessoas que deverão ser convocadas para depoimento. Será tratado ainda da coleta de provas das irregularidades apontadas e da criação de um sistema para o recebimento de outras eventuais denúncias sobre o caso.

A CPI é composta por seis vereadores: Saul Sachetti (PMDB), Isidoro Moraes (PP), Sidnei Jardim (PPS), Ademir Franco de Lima – “Pezão” (PSL), Helton Borges (PR) e Edoel Rocha (PDT). A criação da CPI foi aprovada no início do mês passado e a composição foi definida no dia 23 do mês passado. Sidnei Jardim é o presidente da CPI.

Caso

O pedido de investigação foi formulado ao Legislativo Municipal pelo Observatório Social. Embora várias empresas tenham retirado o edital de licitação realizada pela Prefeitura, apenas duas participaram e uma delas não foi habilitada. Três empresas chegaram a apresentar recurso apontando possíveis irregularidades no edital, mas a Comissão de Licitação não acatou. Também o pedido de impugnação ou correção do edital apresentado pelo Observatório Social não foi acatado.

O pregoeiro da Prefeitura, Moisés Cláudio Nascimento, considerou intempestivo o pedido protocolado pelo Observatório Social, ressaltando que não havia nenhum afronto as normas de licitação, baseando-se em parecer da Procuradoria Geral do Município.

Diante das denúncias do Observatório Social, a Diretoria Jurídica da Câmara de Vereadores analisou toda a documentação e apontou o descumprimento de exigência contida no edital da licitação pela empresa vencedora. Exigência que levou, inclusive, a desqualificação de outra empresa participante da licitação.

Uma das irregularidades detectadas foi a falta de autenticação da cópia do Certificado de Cadastro da empresa vencedora no Ministério do Turismo, conforme exigência contida no edital da licitação. Também o Certificado de Registro na Associação Brasileira de Empresas de Eventos (ABEOC), apresentado pela empresa, estava com o seu prazo validade expirado e também não estava autenticado. O edital de licitação estabelecia que o documento devia estar em vigência e autenticado.

Por outro lado, os documentos apresentados pela empresa vencedora não comprovam que os funcionários enumerados ainda desenvolvem atividades na empresa. Portanto, não havia como saber se foi preenchida a exigência estabelecida no edital. Após ser declarada vencedora (com a expedição do aviso de Resultado do Pregão e da Homologação do resultado) foi anexada a documentação da licitação a cópia de um novo Certificado de Registro junto a ABEOC, emitido em 1 de junho e com validade de 60 dias (mas sem a devida autenticação).

No parecer da Diretoria Jurídica do Legislativo Municipal foi sugerido o envio do parecer e de toda a documentação da licitação ao Ministério Público “para que sejam apuradas as responsabilidades devidas dos agentes públicos envolvidos no mesmo, em especial a Comissão Organizadora da Festa Nacional do Carneiro no Buraco, presidida pelo Sr. Alcione Jacob de Souza (...), o qual inclusive participou do certame licitatório, bem como a apuração de possível prática de Improbidade Administrativa, com as penalizações cabíveis”, finaliza.

Investigação

Os problemas registrados na licitação para a contratação da empresa que atuou na realização da Festa Nacional do Carneiro no Buraco, que aconteceu em meados de julho, também foram apresentados ao Ministério Público pelo

Observatório Social. Realizada há 21 anos, pela primeira vez a administração municipal de Campo Mourão contratou uma empresa para organizar o evento gastronômico.

15/09/11

CPI do Carneiro no Buraco começa com sete depoimentos



Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que a Câmara de Vereadores de Campo Mourão criou com a finalidade de investigar a contratação de uma empresa para a realização da 21ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco, em julho último, serão abertos com o depoimento de sete pessoas. Para a primeira rodada de depoimentos serão convocados integrantes da administração municipal envolvidos diretamente na realização da licitação.

Uma reunião dos integrantes da CPI, realizada na manhã desta quinta-feira (15/9), definiu a forma de condução das investigações e as primeiras ações a serem desencadeadas. Uma farta documentação já foi coletada (inclusive cópia de Mandado de Segurança impetrado na Justiça para impugnar a licitação).

No dia 4 de outubro, a partir das 16 horas, acontecerão os primeiros depoimentos. Serão convocados o secretário municipal de Desenvolvimento Econômico, Alcione Jacob de Souza; o diretor geral da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Antonio dos Reis Pereira; e o Pregoeiro da Prefeitura, Moisés Cláudio Nascimento.

A segunda rodada de depoimentos está marcada para o dia 18 de outubro, quando serão ouvidos os representantes das três empresas que participaram da licitação, além do representante do Observatório Social que acompanhou a licitação. Não está afastada a possibilidade da convocação de mais pessoas que participaram da licitação.

A CPI é composta por seis vereadores: Saul Sachetti (PMDB), Isidoro Moraes (PP), Sidnei Jardim (PPS), Ademir Franco de Lima – “Pezão” (PSL), Helton

Borges (PR) e Edoel Rocha (PDT). A investigação do caso pela Câmara de Vereadores foi solicitada pelo Observatório Social.

O presidente da CPI, Sidnei Jardim, conclama as pessoas que eventualmente tenham denúncias a fazer sobre a Festa do Carneiro no Buraco para que procurem a Câmara Municipal ou a um dos vereadores para transmitir informações ou documentos.

A Diretoria Jurídica da Câmara de Vereadores analisou toda a documentação e apontou o descumprimento de exigência contida no edital da licitação pela empresa vencedora. Exigência que levou, inclusive, a desqualificação de outra empresa participante da licitação.

16/09/11

Tureck veta projeto que liberava acesso dos vereadores às repartições públicas

A Câmara de Vereadores recebeu mensagem de veto total do prefeito Nelson Tureck ao projeto de lei que dispõe sobre o atendimento aos requerimentos de informações oriundos do Poder Legislativo. O projeto trata ainda do acesso dos vereadores as repartições públicas municipais para fins relacionados às funções legais dos edis.

O projeto de lei, recentemente aprovado pela Câmara Municipal, é de autoria dos vereadores José Pochapski, Beto Voidelo e Sidnei Jardim. Após ser apreciado pelas comissões Permanente do Poder Legislativo, o veto será levado a discussão e votação em plenário.

Na mensagem justificativa do projeto, os autores explicam os objetivos da iniciativa: “O projeto de lei em questão objetiva garantir ao Poder Legislativo, na prática, o atendimento por parte do Prefeito aos requerimentos de informações aprovados em plenário e o acesso e trânsito dos vereadores às repartições públicas municipais”. Acrescentam ainda que apesar dos direitos assegurados na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei Orgânica do Município, não há no plano normativo nada que efetive essa garantia de acesso e trânsito.

O Poder Executivo tem prazo de 30 dias para fornecer as informações requeridas pelo Poder Legislativo. Um dos artigos do projeto prevê que no caso de requisição de informações sobre matéria complexa, a ser acompanhada de elevado número de cópias reprográficas, o atendimento poderá se dar através de vista dos autos do processo administrativo à Câmara Municipal, fora da repartição municipal, pelo prazo de cinco dias para a extração das cópias dos autos que se julgar necessárias ao exercício do dever de fiscalização.

Acesso

Outros artigos do projeto de lei asseguram aos vereadores livre acesso e trânsito nos diversos órgãos e repartições da administração direta, indireta e fundacional “incluindo o direito de investigar, fiscalizar e coletar informações e dados”, destaca a mensagem justificativa.

20/09/11

Câmara realiza audiência pública nesta terça para discutir sistema viário e zoneamento

Nesta terça-feira (20) acontece a segunda Audiência Pública sobre o Plano Diretor Municipal. Desta vez serão discutidos os Projetos de Lei 006/2010 – Que dispõe sobre o Sistema Viário de Campo Mourão e 007/2010 – Que dispõe sobre o Zoneamento e uso do solo no Município.

O Vereador e Advogado Sidnei Jardim, presidente da Comissão que é responsável pela Audiência Pública, ressalta que os dois Projetos são polêmicos, pois influenciam na vida e no dia a dia de toda a população mourãoense.

“Esses projetos definirão questões polêmicas que afetam a vida de todos os munícipes. O Projeto de Zoneamento definirá questões como: quais os bairros poderão ter comércios ou indústrias, onde serão permitidas a construção de prédios e a definição da estrutura destes de acordo com sua localização. Já o Projeto do Sistema Viário disciplina e facilita os deslocamentos das pessoas e veículos, definindo a largura de ruas, as vias preferenciais, estacionamentos, o que pode ser feito para dar maior acessibilidade às pessoas com deficiências, enfim tudo o que está relacionado a infraestrutura do trânsito de Campo Mourão. Por isso é muito importante que a população compareça e leve suas sugestões”.

A Audiência Pública é aberta a toda a população, e será realizada às 19 horas no anfiteatro da Fecilcam.

21/09/11

Câmara rejeita projeto do Sistema Viário de Campo Mourão e devolve para a prefeitura

Durante audiência pública realizada na noite desta terça-feira (20) no auditório da Fecilcam, a Câmara Municipal de Campo Mourão rejeitou o Projeto do Sistema Viário e devolveu para a prefeitura. O projeto disciplina e facilita os deslocamentos das pessoas e veículos, definindo a largura de ruas, as vias preferenciais, estacionamentos, o que pode ser feito para dar maior acessibilidade às pessoas com deficiências, enfim tudo o que está relacionado a infraestrutura do trânsito de Campo Mourão.

Depois de uma longa discussão entre munícipes, servidores, professores e vereadores, Sidnei Jardim sugeriu a devolução do projeto, que foi acatada por unanimidade do auditório que estava lotado e aplaudiu a decisão.

Segundo o vereador Jardim, presidente da Comissão que é responsável pela audiência pública, o projeto é pobre. “Está faltando muita coisa. Ao que parece não foi discutido nem mesmo dentro da prefeitura, por que estamos discutindo aqui agora? A população merece um projeto melhor de sistema viário”, propõe.

22/09/11

Carros batidos no meio da Praça São José de Campo Mourão

Quem passou nesta manhã pelo centro de Campo Mourão parou para ver dois carros batidos no meio da Praça São José. Eles faziam parte da programação do “Dia sem Carro”. A simulação do resgate dos sobreviventes do acidente foi assistido por dezenas de populares que responderam à campanha.

Segundo o diretor Diretran (Diretoria Municipal de Trânsito), Dirceu Jacob, a simulação é para mostrar a importância de se ter cuidado na hora de dirigir. “Trânsito não é brincadeira. Precisamos sempre dirigir com cuidado”, afirmou.

A adesão do município ao Dia sem Carro que já tem a participação de cidades de todos os continentes é resultado de proposição apresentada pela vereadora Nelita Piacentini, que foi aprovado pela Câmara Municipal e adotado pela Prefeitura.

Apesar da divulgação na mídia, uma minoria deixou em casa o carro. Alguns foram de ônibus, a pé, como o reverendo Richard Dickerson, e também de bicicleta, como o vereador Sidnei Jardim. A grande massa da população continuou a rotina. “Começamos agora, mas, vale lembrar que não é só hoje. Nesta data foi para marcar, mas durante todo o ano você pode uma vez ou duas deixar seu carro em casa e participar da campanha”, explica Dirceu.

Dentro da programação serão realizados exames de pressão arterial (Secretaria de Saúde); distribuição gratuita de mudas (Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e IAP – Instituto Ambiental do Paraná); apresentações da Trupe de Circo e Banda Municipal (Fundacam – Fundação Cultural de Campo Mourão) e atividades desenvolvidas pelo Sesc e Fecam (Fundação de Esportes de Campo Mourão).

Um panfletagem no Colégio Estadual Marechal Rondon e entrada do Lar Paraná também fazem parte do roteiro que marca esse dia.

Conforme Jacob, a programação visa conscientizar a população para a melhoria no trânsito. Ele explica que o objetivo do Dia sem Carro é alertar as pessoas sobre a importância do uso consciente de veículos, evitando problemas de congestionamentos e incentivando práticas saudáveis, bem como métodos de transporte coletivo. “A conscientização é fundamental para que tenhamos um trânsito de respeito à vida, garantindo o bem de todos”, frisa o diretor Dirceu, lembrando que o Dia Sem Carro foi criado através de uma lei de autoria da vereadora Nelita Piacentini.

Para Nelita, a idéia central do Dia Sem Carro é conscientizar que existem outras alternativas de locomoção. Ou seja: deixar o carro em casa, sempre que possível, deslocando-se a pé, de bicicleta, de carona ou de transporte coletivo. “Caminhar, pedalar, dividir o transporte faz muito bem à saúde de todos”, acentua Nelita Piacentini.

25/09/11

Câmara Municipal homenageou o ‘patrão’ Dirceu de Mello e o CTG

Centenas de pessoas – inclusive muitas vindas de outras regiões do Paraná e até de outros estados – participaram da sessão solene que a Câmara de Vereadores de Campo Mourão realizou na noite de sexta-feira (23/9) para fazer a entrega do Título de Cidadania Honorária do Município ao tradicionalista Dirceu de Mello. Também aconteceu a entrega da Comenda 10 de Outubro ao Centro de Tradições Gaúchas “Índio Bandeira”.

Eraldo Teodoro de Oliveira presidiu a sessão solene e, após a composição da mesa principal, o homenageado (que também é presidente do CTG) entrou no recinto conduzido pelos vereadores Isidoro Moraes e José Pochapski. Coube ao vereador Sidnei Jardim fazer a leitura de um trecho bíblico. A entrega dos diplomas das duas honrarias a Dirceu de Mello foi feita pelo vereador Isidoro

Moraes (que foi o autor dos projetos para a concessão das honrarias), juntamente com o prefeito Nelson Tureck.

Da tribuna, o vereador Isidoro Moraes falou sobre os motivos que o levaram a propor as homenagens, ressaltando o trabalho realizado por Dirceu de Mello pela preservação dos costumes e tradições gaúchas e também como cidadão mourãoense, além de destacar ainda a atuação do CTG de Campo Mourão. Por sua vez, Dirceu de Mello agradeceu as homenagens e discorreu sobre o movimento tradicionalista gaúcho.

Marla Tureck (deputada), Galhardo Aranha (cônsul honorário da tradição gaúcha), Rubens Luiz Sartori (cônsul honorário do Rio Grande do Sul), Ernani Bareia (coordenador da 4ª Região Tradicionalista do MTG do Paraná) e o prefeito Nelson Tureck, além do presidente da Câmara Municipal, Eraldo Teodoro de Oliveira, foram alguns dos que discursaram em seguida.

A programação incluiu ainda apresentações artística (de danças, declamações e musicais), depoimentos sobre as tradições gaúchas e o surgimento do CTG “Índio Bandeira”, além de relatos de conquistas do CTG de Campo Mourão ao longo das últimas décadas. No encerramento foi servido um jantar.

A maioria dos ex-presidentes do CTG “Índio Bandeira” participaram do evento realizado na sede da entidade.

27/09/11

Acadêmicos de Direito participam de sessão da Câmara Municipal realizada no Integrado

A Câmara de Vereadores de Campo Mourão realizou sessão ordinária na noite desta segunda-feira (26/9) no auditório da Faculdade Integrado, sob a presidência de Eraldo Teodoro de Oliveira. Dezenas de acadêmicos da instituição – principalmente do curso de Direito – acompanharam os trabalhos em plenário do Poder Legislativo.

Nenhum projeto de lei, projeto de resolução, proposta de emenda a Lei Orgânica do Município foi votado na sessão. Porém, vários requerimentos apresentados em regime de urgência pelos vereadores foram discutidos e deliberados, na totalidade reivindicando a execução de melhorias pleiteadas pelos moradores de bairros e comunidades rurais. Diversos vereadores usaram da palavra para tecer críticas a Prefeitura em razão da falta de conservação das vias públicas urbanas e estradas, dos problemas verificados na área da saúde, das promessas feitas em períodos eleitorais não cumpridas, etc.

O coordenador do curso de Direito da Faculdade Integrado, professor Robervani Pierin do Prado, participou da sessão e no encerramento falou sobre a importância da construção do Centro de Detenção Provisória em Campo Mourão. Mostrou-se favorável a obra e destacou que as unidades já implantadas em várias cidades do Paraná são muito seguras e apresentam um elevado índice de reintegração dos detentos a sociedade. Destacou ainda a importância da permanência do condenado na própria região onde reside a família

A sessão ordinária que a Câmara de Vereadores realiza nesta terça-feira também acontecerá no auditório da Faculdade Integrado. Começa às 19 horas e é aberta a população. Após a sessão será realizada uma audiência pública para tratar da

construção do Centro de Detenção Provisória (CDP) em terreno localizado nas imediações do jardim Cidade Nova.

30/09/11

Câmara de Campo Mourão volta a se reunir nesta segunda e terça-feira

Na segunda e terça-feira (3 e 4/10), a Câmara Municipal de Campo Mourão volta a se reunir em caráter ordinário, sob a presidência de Eraldo Teodoro de Oliveira. As sessões, abertas ao público, serão realizadas a partir das 19 horas, no auditório da Casa da Cultura.

O roteiro prévio prevê a deliberação de 11 indicações e 22 requerimentos protocolados pelos vereadores nas últimas semanas. Não consta nenhum projeto de lei, projeto de resolução, proposta de emenda a Lei Orgânica do Município ou mensagem de veto do prefeito, mas a inclusão de matérias para discussão e votação pode acontecer na segunda-feira.

Informações

O Poder Legislativo aprovou requerimento do vereador Sidnei Jardim para que a Prefeitura de Campo Mourão informe se mantém contrato com alguma operadora de telefonia móvel. Em caso positivo, ele quer saber qual a empresa, quais os servidores beneficiados com o repasse de aparelhos e ainda pediu cópia do contrato.

Através de outras proposições reivindicou a limpeza de bueiro localizado na rua Colméia (jardim Alvorada), recape asfáltico e conserto de calçada paralelo a bueiro na rua Guarapuava, poda de árvores na avenida Guilherme de Paula Xavier e a limpeza de bueiro na rua Rubi (conjunto residencial Diamante Azul). Também pediu a realização de operação tapa buraco na avenida Afonso Botelho (imediações do Expresso Nordeste) e a pintura nos postes do nome da via pública, Código de Endereçamento Postal (CEP) e bairro em toda a extensão do perímetro urbano.

Sidnei Jardim apresentou ainda Indicação Legislativa que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos no âmbito municipal para candidatos inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) e que é membro de família de baixa renda.

TRIBUNA

12/09/11

Câmara aprova novo perímetro urbano

Foi aprovado ontem, por unanimidade o novo perímetro urbano de Campo Mourão e a criação do Conselho das cidades (Concidades). Os dois projetos de lei fazem parte do plano diretor do município que definirá os rumos do município para os próximos anos. Os dois ainda precisam ser aprovados em segunda votação hoje a noite.

O vereador Sidnei Jardim explicou que serão mantidos os perímetros originais e as áreas já previstas para expansão. “Estas áreas são do Cidade Nova até a

Santa Casa, excluindo a área em que fica a estação de tratamento de esgoto, que havia sido incluída por engano”, ressalta. Ainda foram incluídas as residências no Lago Azul, Vila Guarujá e do distrito de Piquirivaí. “Por mais difícil que seja de acreditar, essas áreas não estavam no perímetro urbano”, completa. Mais informações e o resultado final dos dois projetos na edição impressa de amanhã.

13/09/11

Vereadores aprovam aumento de cadeiras

Em uma sessão marcada por protestos e vaias, o Legislativo aprovou ontem à noite a resolução que permite o aumento de 10 para 13 cadeiras em Campo Mourão. A votação aconteceu na Casa da Cultura, que ficou completamente lotada por populares e representantes de entidades. Votaram pelo aumento os vereadores: Ademir Franco de Lima, Edoel Rocha, Sidnei Jardim, Eraldo Teodoro de Oliveira, Helton Borges e Nelita Piacentini. Já Saul Sacheti, José Pochapscki, José Roberto Voidelo e Isidoro Moraes, foram contrários ao aumento.

O projeto de resolução voltará a ser votado na sessão de hoje. A lei Orgânica do município permite até 17 vereadores. No término da votação, um grupo de pessoas caracterizadas com nariz de palhaço saiu aos berros da sessão. Elas manifestavam contra o aumento de 13 cadeiras. Aos gritos os manifestantes acusavam os vereadores de estarem achando que o “povo é palhaço”.

Antes da aprovação da resolução, foi votado um projeto substitutivo de autoria de Saul Sacheti, que fixava em 10 o número de vereadores. No entanto, o documento foi rejeitado também por seis votos a quatro. Durante a sessão, o presidente da Casa, Eraldo Teodoro de Oliveira, atacou o empresário e ex-presidente do Observatório Social, Ater Critófoli. Segundo Oliveira, a Câmara não está “engabelando” ninguém. Ele justificou que Campo Mourão tem um Legislativo enxuto. “Isso se faz com competência e economia”, cutuca.

14/09/11

Câmara aprova novo perímetro urbano do município

Foi aprovado por unanimidade o novo perímetro urbano de Campo Mourão e a criação do Conselho das cidades (Concidades). Os dois projetos de lei fazem parte do plano diretor do município que definirá os rumos do município para os próximos anos.

Segundo o relator do plano, o vereador Sidnei Jardim, o Projeto do Plano Diretor trata, de uma forma geral, da Política de Desenvolvimento Municipal e das Políticas Setoriais, especialmente das que tratam do ordenamento físico-territorial, desenvolvimento socioeconômico, serviços e infraestrutura pública, proteção ambiental, entre outras.

O primeiro projeto aprovado, relativo ao Perímetro Urbano, define o que será área urbana e rural no município. Com isso fica automaticamente definido se as propriedades devem pagar IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano) ou ITR (Imposto Territorial Rural). Somente em terrenos localizados dentro do perímetro urbano é que o poder público pode determinar o parcelamento do solo para construção de moradias, equipamentos públicos, estabelecimentos comerciais e de serviços.

Além disso, dentro deste perímetro a administração municipal é responsável pelos serviços urbanos como a coleta de lixo, a varrição de vias, a iluminação pública, pavimentação de ruas e avenidas, entre outros, cobrando para tanto, o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. O vereador explicou que serão mantidos os perímetros originais e as áreas já previstas para expansão. “Estas áreas são do Jardim Cidade Nova até a Santa Casa, excluindo a área em que fica a estação de tratamento de esgoto, que havia sido incluída por engano”, ressalta. Ainda foram incluídas as residências no Lago Azul, Vila Guarujá e do distrito de Piquirivaí. “Por mais difícil que seja de acreditar, essas áreas não estavam no perímetro urbano”, completa.

Desde o início do ano, o plano diretor vem sendo mostrado em diversos clubes de serviço e entidades. “Mesmo com todo esse trabalho não recebemos nenhuma sugestão, as únicas foram durante a audiência pública que fizemos semana passada”, lamenta.

Concidades

Na reunião também foi aprovada a criação imediata do Conselho da Cidade, o Concidade. “O projeto que nos foi encaminhado estava prevendo que o concidade seria criado, mas não determinava prazos”, comenta o vereador ao dizer sobre o artigo 38, que regulamentava o projeto.

O estatuto do conselho seguirá os moldes dos conselhos Estadual e Federal das cidades, cada diretoria terá o mandato por três anos. “O conselho passa a ser o grande parceiro da prefeitura na hora das decisões”, ressalta Jardim. Segundo ele, essa aprovação na data prevista segue o compromisso firmado em Audiência Pública. No próximo dia 20 será realizada uma audiência sobre Sistema Viário e Zoneamento e uso do Solo.

20/09/11

C. Mourão discute plano diretor

Hoje a Câmara de vereadores discute em audiência pública os dois projetos do plano diretor do município que mais afetam a cidade, um deles é o sistema viário e o outro o zoneamento urbano e rural. No primeiro serão definidas todas as ações para o trânsito da cidade na próxima década, incluindo a instalação de semáforos e a transformação de ruas e avenidas em vias rápidas. Já o zoneamento vai determinar que tipo de construção pode ser feita em cada área e colocar regras para comércio. A audiência acontece a partir das 19 horas no anfiteatro da Fecilcam.

O relator do projeto, o vereador Sidnei Jardim, explicou que essa é a chance para que a população dê sua opinião. “Todos deveriam ir e ajudar a debater essas mudanças. Na audiência pública, todo mundo tem direito a voz e todas as sugestões serão levadas em consideração na hora de produzir o relatório final que será levado para votação em plenário.”

Na área rural, a Lei de Zoneamento define os critérios para o aproveitamento do solo, proteção ambiental e de interesse urbano por bacia hidrográfica segundo as suas características. Segundo o vereador, embora quase todos os rios de Campo Mourão pertençam à bacia hidrográfica do rio Mourão, para efeitos de uso e ocupação do solo, o Plano Diretor zoneou o município em seis microbacias hidrográficas: rio 23, rio Mourão, rio do Campo, rio Claro, rio Goioerê e rio Arurão,

com destaque à microbacia do rio do Campo que é o manancial que abastece 70% da cidade de Campo Mourão. “Nessa microbacia, por exemplo, são proibidas a instalação de indústrias poluentes com lançamentos de efluentes (resíduos líquidos), e a aplicação de agrotóxicos por meio de aviões para evitar a contaminação das águas do rio do Campo”, coloca.

Na área urbana, a Lei de Zoneamento trata da distribuição dos estabelecimentos comerciais, residenciais e industriais, além das áreas de preservação permanente e de expansão urbana, segundo as características locais e de vizinhança, definindo normas de uso e ocupação como os locais onde se permite ou não a construção de prédios, a instalação de comércio, serviços ou indústrias cuja atividade seja caracterizada como incômoda (ruído, trepidações, conturbações no trânsito), nociva (poluentes por meio de poeira, gases, odores) ou perigosa (risco de explosão, incêndios).

“Quem é que nunca ficou chateado com a construção de um prédio do lado de casa? Quem não se irritou com a questão da acessibilidade em calçadas. Essa é a oportunidade para discutir essa questão. Tudo isso faz parte do zoneamento urbano”, ressalta. Entre outros temas importantes, ele destacou que o projeto em discussão prevê que todas as empresas devem ter no mínimo uma vaga de estacionamento. “A maioria das empresas não tem isso e os consumidores ficam rodando em busca de uma vaga”, acrescenta.

Sistema viário

“Quem é que nunca passou raiva com o trânsito de Campo Mourão, amanhã [hoje] é a hora de definir o trânsito para a próxima década”, afirma o vereador. Segundo ele, o fato de coincidir a audiência com a Semana Nacional do Trânsito não é por acaso. “Isso foi pensado exatamente para conscientizar a população para que participem”, diz.

A Lei do Sistema Viário objetiva disciplinar e facilitar os deslocamentos das pessoas e dos veículos entre as regiões e bairros do município. Atualmente, todas as avenidas são preferenciais no sentido nordeste-sudoeste, dificultando o deslocamento no sentido sudeste-noroeste. “Por exemplo, para quem sai do Jardim Capricórnio e vai para o Jardim Copacabana precisa parar dez vezes de quadra em quadra até a Perimetral Tancredo Neves e isso, além da dificuldade para o motorista, é causa de muitos acidentes que ocorrem na cidade.”

Outro problema identificado é a descontinuidade de vias nos bairros da Asa Leste, e várias ruas sem saída. Pensando nessa questão, a Lei do Sistema Viário propõe, em caso de novos loteamentos, que a abertura de novas vias deve priorizar a continuidade das vias já existentes e evitar ruas sem saída, facilitando o acesso de serviços como o transporte coletivo ou a coleta de lixo.

A proposta da Lei do Sistema Viário que será discutida na próxima audiência pública, prevê traçado de vias para áreas que estão, inclusive, fora do perímetro, visando orientar o crescimento da cidade segundo as facilidades de deslocamento da população entre as regiões da cidade. “As pessoas que moram na cidade são quem realmente conhecem os problemas de seus bairros e devem orientar o planejamento da cidade. Não adianta definir regras que ninguém está disposto a cumprir. Por isso, a participação da sociedade é muito importante nas audiências públicas, pois é nesse espaço em que a comunidade tem a oportunidade de

manifestar a sua opinião e influenciar na decisão dos vereadores que são seus legítimos representantes.”

O vereador acrescentou que o plano diretor está disponível em seu site (www.sidnejardim.com.br) e também na câmara de vereadores.

23/09/11

Pedaladas do Sidnei



Falando em “Dia sem carro”, olha aí o vereador Sidnei Jardim (PPS) com sua “magrela”. O homem até que ficou invocado, né? Sidnei levou a campanha ao “pé da letra” e deixou seu veículo em casa para dar umas pedaladas. Pela manhã o vereador foi ao trabalho de bicicleta. Já à tarde preferiu uma caminhada. Só ontem Sidnei andou quase três quilômetros. Além dele, segundo informações, seus colegas de casa, Beto Voidelo, Nelita Piacentini - autora do projeto que instituiu a lei-, e José Pochapski também aderiram ao “Dia sem carro”. Detalhe: o Pochapski, mesmo que não quisesse, não teria como não aderir ao movimento. Ele simplesmente não tem carro.